



**Ministério do Meio Ambiente  
Serviço Florestal Brasileiro**

# **GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS**

## **RELATÓRIO 2010**



**Brasília/DF  
Abril de 2011**





**Ministério do Meio Ambiente  
Serviço Florestal Brasileiro**

# **GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS**

## **RELATÓRIO 2010**



**Brasília/DF  
Abril de 2011**



**Presidenta da República**

Dilma Vana Rousseff

**Vice-presidente da República**

Michel Miguel Elias Temer Lulia

**Ministra do Meio Ambiente**

Izabella Mônica Vieira Teixeira

**Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente**

Francisco Gaetani

**Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro**

Antônio Carlos Hummel – **diretor-geral**

Cláudia de Barros Azevedo-Ramos

José Natalino Macedo Silva

Marcus Vinicius da Silva Alves

**Organização**

Marcelo Arguelles

Natália Prado Massarotto

Chirle Colpini

Sidney Valeriano

**Revisão Gramatical**

Márcia Gutierrez Aben-Athar Bemerguy

**Edição**

Ministério do Meio Ambiente

Serviço Florestal Brasileiro

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro.

**Gestão de Florestas Públicas - Relatório 2010.**

Brasília: MMA/SFB, 2011.

*1. Cadastro, Planejamento e Habilitação de Florestas Públicas para Outorga, 2. Concessões Florestais, 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, 4. Comissão de Gestão de Florestas Públicas.*



## Apresentação

É com satisfação que o Serviço Florestal Brasileiro apresenta o Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas referente ao ano de 2010, um entre os diversos mecanismos de transparência que a Lei 11.284, de 2006, introduziu.

Para este relatório, optou-se por um modelo diferente do adotado nos anos anteriores. Focou-se sua abordagem nos aspectos diretamente relacionados às concessões florestais e à aplicação de seus recursos, incluindo o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

O ano de 2010 marcou o amadurecimento do processo de concessão florestal com o início das atividades produtivas na Floresta Nacional do Jamari, que, apesar de estar em seu primeiro ano, já vem influenciando positivamente a economia dos pequenos municípios ao redor, com reflexos na rede de serviços, revitalização de plantas industriais e geração de postos diretos de trabalho.

Outro aspecto marcante do processo foi a evolução técnica e gerencial das empresas concessionárias, que gerou referências positivas, para o setor florestal local, da importância da legalidade, sustentabilidade e boa gestão para a melhoria do desempenho econômico de seus negócios.

Em 2010, foram mais de um milhão de hectares de florestas públicas em pré-editais de concessões florestais, comprovando a viabilidade de o estado desempenhar um importante papel na regulação do mercado e no ordenamento do setor florestal da Amazônia. A potencial geração de mais 7.500 empregos formais e a injeção de mais de 350 milhões de reais/ano na economia de municípios que estão entre os que possuem menores indicadores sociais no país são alguns dos benefícios duradouros a serem propiciados por esses pré-editais.

Apoiar na transformação da situação paradoxal desses municípios, que possuem mais de 90% de seus territórios cobertos por florestas e áreas protegidas e, apesar dessa riqueza, convivem com carências econômicas e sociais crônicas, é um dos principais compromissos do Serviço Florestal Brasileiro.

Somente assim poderemos ter uma sociedade engajada na conservação do patrimônio florestal nacional, envolvida em sua conservação pela percepção diária da importância do papel que as florestas e as unidades de conservação, que as protegem, desempenham na melhoria de qualidade de suas vidas e, principalmente, de suas famílias.

É dessa forma, desenhando estratégias de desenvolvimento florestal integradas aos anseios das populações locais e colocando-as como participantes diretas dos processos, que o Serviço Florestal desempenha suas ações. Em 2010, foram cinco processos de consultas públicas para concessões florestais, com mais de 60 eventos entre audiências públicas e reuniões técnicas, envolvendo diretamente quase 2.300 pessoas.

O ano de 2010 foi exitoso, todavia, nos permitiu vislumbrar somente uma pequena parte de todo o potencial que o imenso patrimônio florestal nacional possui para a conservação ambiental e para a inclusão social, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país.

O Serviço Florestal Brasileiro coloca-se como parceiro da sociedade neste desafio, confiante de que nos encontramos em uma estrada sem volta para a construção de uma gestão democrática e inclusiva das florestas públicas do Brasil.

Brasília, 31 de março de 2011.

Antônio Carlos Hummel  
Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro



## Resumo Executivo

O Relatório 2010 de Gestão de Florestas Públicas apresenta uma abordagem inovadora em relação aos dois anos anteriores. Reduz a amplitude dos temas relatados e confere transparência ao processo de concessão florestal. A decisão de mudança na abordagem desta edição teve o propósito de atender mais precisamente aos aspectos citados na Lei 11.284, de março de 2006, e em seu Decreto regulamentador como constituintes essenciais dos Relatórios Anuais de Gestão de Florestas Públicas, uma vez que os demais processos inerentes a concessão florestal possuem mecanismos e veículos específicos de divulgação, tais como, o Plano Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, o Sistema Nacional de Informações Florestais e o sítio do Serviço Florestal na internet.

Ao longo dos seus quatro capítulos, a estrutura do documento está fundamentada no fluxo lógico das ações necessárias para a inserção de uma floresta pública no processo de concessão florestal chegando até a gestão financeira dos contratos de concessão florestal.

O capítulo 1 apresenta os avanços no ordenamento básico da gestão das florestas públicas por meio de seu cadastramento e da montagem de um banco de dados. Além desses também são apresentadas as ações do Órgão para fomentar e apoiar, técnica e financeiramente, a elaboração dos planos de manejo das florestas nacionais. Essa etapa é imprescindível para que essas florestas possam cumprir com seus objetivos definidos em lei. Em 2010, foram acrescidos aproximadamente 50 milhões de hectares de novas florestas públicas ao cadastro – a grande maioria representada por florestas estaduais situadas no estado do Amazonas. O conteúdo deste capítulo termina com as principais ações de habilitação e preparação de florestas públicas para as concessões florestais em 2010.

O capítulo 2 discorre sobre as informações relacionadas aos processos de concessão florestal em andamento. São apresentados detalhes da gestão financeira dos contratos de concessão florestal e a situação de adimplência de cada concessionário, o estágio de cumprimento das cláusulas contratuais e os mecanismos desenvolvidos para dar transparência ao processo. Encontra-se ainda um resumo dos pré-editais lançados durante o ano de 2010, que somaram mais de um milhão de hectares. São disponibilizadas informações sobre as áreas a serem licitadas, municípios beneficiados e potenciais indicadores socioeconômicos a serem gerados nessas áreas. O capítulo finaliza com os diversos processos de consultas públicas realizados, que envolveram diretamente mais de duas mil pessoas em diversas audiências públicas e reuniões técnicas realizadas.

No capítulo 3, são apresentados os resultados alcançados na implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e do seu Plano de Aplicação Anual Regionalizada, que, em sua primeira chamada de projetos, aprovou 21 propostas em três biomas, totalizando investimentos a serem efetivados em 2011, de aproximadamente quatro milhões de reais.

E finalizando, no capítulo 4, são ressaltados alguns aspectos relevantes da Comissão de Gestão de Florestas Públicas, dentre os quais, objetivo, composição e o resumo das pautas das reuniões ocorridas no ano de 2010.

Uma boa leitura a todos.

## Lista de Figuras

Figura 1 - Esquema representativo dos pré-requisitos de habilitação de florestas públicas para concessão florestal. ....	25
Figura 2 - Número de Flonas da Amazônia com Planos de Manejo aprovados e não aprovados até 2010. ....	26

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Área (em 1.000 ha) de florestas públicas destinadas e não destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas até o ano de 2010. ....	20
Tabela 2 - Área das florestas públicas destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) até 2010, por domínio e categoria de uso. ....	21
Tabela 3 - Distribuição das áreas arrecadadas não destinadas com florestas públicas na Amazônia Legal. ....	21
Tabela 4 - Florestas Públicas Estaduais Destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) em 2010. ....	22
Tabela 5 - Lista de florestas públicas federais passíveis de concessão florestal em 2011. ....	24
Tabela 6 - Flonas com planos de manejo concluídos em 2010 e suas respectivas áreas passíveis de concessão florestal. ....	28
Tabela 7 - Flonas com estudos prévios para a elaboração do Plano de Manejo e respectivas áreas passíveis de concessão florestal. ....	29
Tabela 8 - Resumo das áreas autorizadas para manejo florestal em 2010 na Flona do Jamari. ....	37
Tabela 9 - Produção madeireira da Flona do Jamari em 2010. ....	38
Tabela 10 - Resumo de adimplência dos concessionários quanto à obrigação de pagamento do valor mínimo. ....	41
Tabela 11 - Preços por grupo de espécies. ....	42
Tabela 12 - Extrato financeiro da Empresa Madeflona Industrial Madeireira Ltda. até dezembro de 2010. ....	43
Tabela 13 - Extrato financeiro da Empresa Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. até dezembro de 2010. ....	44
Tabela 14 - Extrato financeiro da Empresa Amata S/A até dezembro de 2010. ....	45
Tabela 15 - Distribuição proporcional dos recursos da concessão florestal da Flona do Jamari aos municípios abrangidos pelos contratos. ....	46
Tabela 16 - Implantação de parcelas permanentes na Flona do Jamari. ....	48
Tabela 17 - Valor anual do investimento social (em R\$/ha/ano). ....	48
Tabela 18 - Empresas vencedoras do certame licitatório da Flona de Saracá-Taquera, UMFs e áreas dos municípios abrangidos. ....	53
Tabela 19 - Pagamento pelos custos do edital. ....	56
Tabela 20 - Preço da madeira. ....	57
Tabela 21 - Valores dos editais. ....	57
Tabela 22 - Estágio de andamento dos pré-editais de concessão florestal lançados durante o ano de 2010. ....	59

Tabela 23 - Indicadores sociais dos municípios sedes dos pré-editais de concessão florestal lançados em 2010. ....	60
Tabela 24 - Distribuição das UMFs lançadas em edital e pré-editais em 2010, de acordo com sua classe de tamanho. ....	62
Tabela 25 - Distribuição das áreas dos pré-editais lançados em 2010 por município. ....	62
Tabela 26 - Preços por grupos de valor do edital e pré-editais lançados em 2010. ....	63
Tabela 27 - Percentuais de descontos decrescentes a serem aplicados sobre a proposta de preço, por ano de assinatura do contrato de concessão florestal. ....	63
Tabela 28 - Eventos destinados à opinião pública em relação ao pré-editais de licitação para concessão florestal nas Flonas do Amana, Crepori, Saracá-Taquera –lote sul, Altamira e Jacundá.....	65
Tabela 29 - Contratos de transição firmados. ....	67
Tabela 30 - Número de reuniões, datas e suas respectivas pautas (ordinária e extraordinária) da CGFLOP em 2010.....	

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Instrumentos de gestão e habilitação de florestas públicas para concessões florestais. ....	27
Quadro 2 - Componentes do Regime econômico-financeiro das concessões florestais. ....	34
Quadro 3 - Principais informações sobre os contratos de concessão da Flona do Jamari. ....	35
Quadro 4 - Infraestruturas contruídas na Flona Jamari. ....	38
Quadro 5 - Valores da garantia contratual.....	39
Quadro 6 - Valor mínimo anual corrigido por contrato de concessão florestal da Flona do Jamari.....	40
Quadro 7 - Indicadores e proposta técnica dos concessionários da Flona do Jamari.....	47
Quadro 8 - Resumo do monitoramento socioambiental dos contratos de concessão florestal da Flona do Jamari.....	50
Quadro 9 - Resumo dos contratos da Flona Saracá-Taquera.....	55
Quadro 10 - Produtos explorados pelos concessionários de Saracá-Taquera.....	55
Quadro 11 - Modalidade e valor das garantias contratuais.. ....	56
Quadro 12 - Indicadores e proposta técnica dos concessionários da Flona Saracá-Taquera. ....	58
Quadro 13 - Chamadas de projetos. ....	73
Quadro 14 - Projetos selecionados pelo FNDF.....	74

## Lista de Mapas

Mapa 1 - Mapa das Florestas Públicas cadastradas no CNFP, com destaque, em vermelho, para as florestas inseridas no ano de 2010.....	19
Mapa 2 - Mapa de localização das Florestas Públicas cadastradas. ....	20
Mapa 3 - Localização das Florestas Públicas passíveis de concessão florestal, conforme o Paof 2011. ....	24

Mapa 4 - Localização das Unidades de Manejo Florestal (UMFs) da Flona do Jamari.....	36
Mapa 5 - Localização das UMFs do Edital de Concessão Florestal 01/2009. ....	54
Mapa 6 - Localização das Florestas Nacionais com pré-editais de concessão florestal elaborados em 2010. ....	61

## Lista de Boxes

Box 1 - Geoportal do CNFP. ....	18
Box 2 - Autorização especial de transporte durante o período de embargo. ....	43
Box 3 - Mecanismo de distribuição do repasse dos recursos das concessões florestais para estados e municípios. ....	46

## Lista de Siglas

<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
Abema	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
Anama	Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
Autex	Autorização de Exploração
Cenaflor	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal – Serviço Florestal Brasileiro
Ceprof–PA	Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará
CGFLOP	Comissão de Gestão de Florestas Públicas
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Conticom	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Madeira e Construção
Detex	Sistema de Detecção da Extração Seletiva de Madeiras
DFLOR	Departamento de Florestas
DOF	Documento de Origem Florestal
DOU	Diário Oficial da União
DPM	Detentor de Plano de Manejo
EETEPA	Escola de Educação Tecnológica do Pará
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FAV	Fator de Agregação de Valor
FBOMS	Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

Flona	Floresta Nacional
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FPF	Floresta Pública Federal
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFT	Instituto Floresta Tropical
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PA	Projeto de Assentamento
Paar	Plano Anual de Aplicação Regionalizado
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAMFC	Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário Familiar
Paof	Plano Anual de Outorga Florestal
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PM	Plano de Manejo
PMFC	Plano de Manejo Florestal Comunitário
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
POA	Plano Operacional Anual
Resex	Reserva Extrativista
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIG	Sistema de Informação Geográfica
Sisflora-PA	Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais do Estado do Pará
Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
Snuc	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UPA	Unidade de Produção Anual

# Sumário

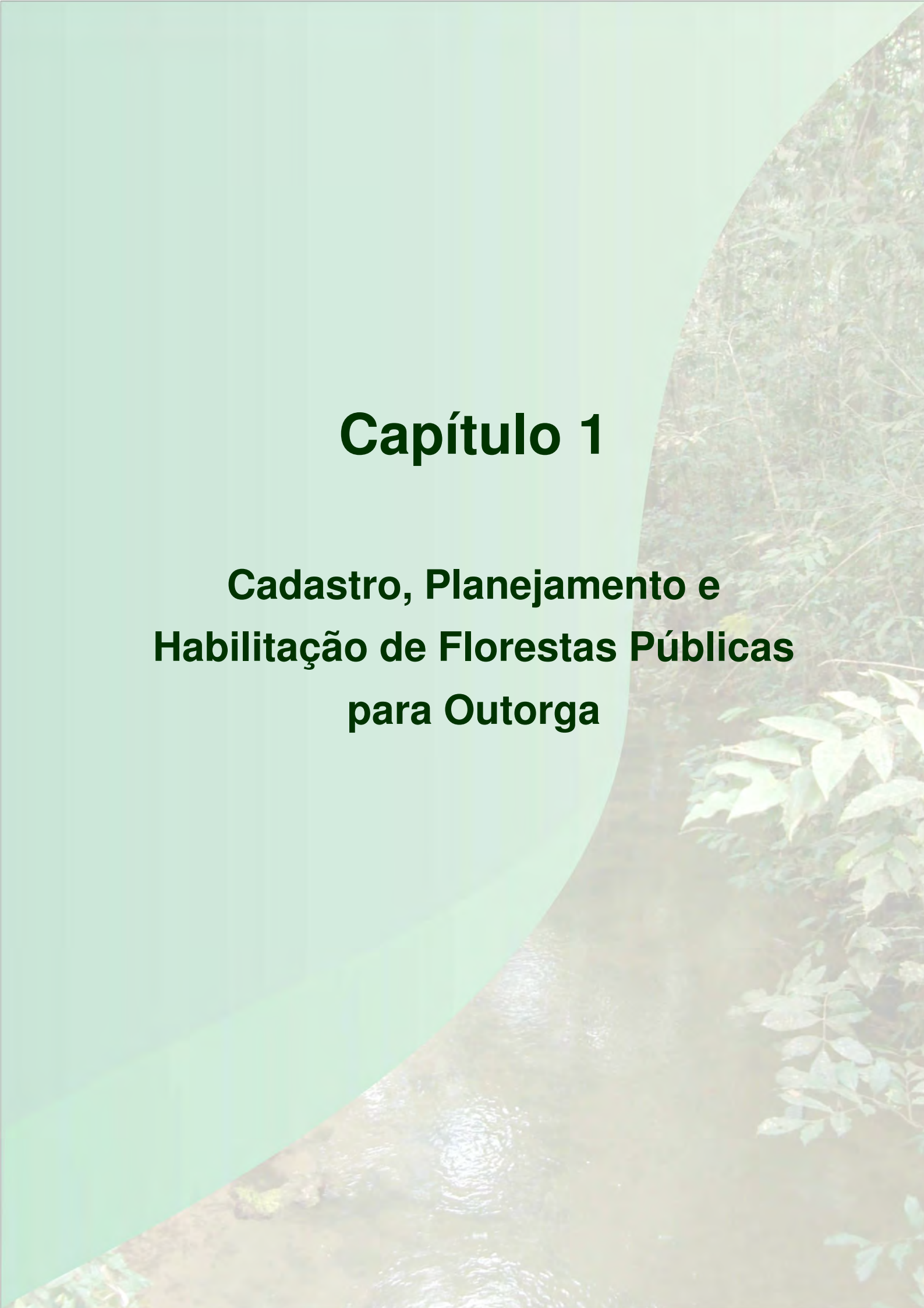
<b>Capítulo 1 – Cadastro, planejamento e habilitação de Florestas Públicas para Outorga.....</b>	<b>15</b>
1.1 Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) .....	17
1.1.1 Avanços em 2010 .....	17
1.1.2 Situação das Florestas Públicas Cadastradas (Federais e Estaduais).....	20
1.2 Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) 2011 .....	23
1.3 Principais ações de habilitação e preparação de florestas públicas para as concessões florestais em 2010 .....	25
1.3.1 Pré-requisitos legais e estratégicos para a concessão de florestas públicas .....	25
1.3.2 Estágio de habilitação das florestas públicas para concessão florestal .....	26
1.3.3 Ações do Serviço Florestal Brasileiro para a promoção da habilitação de florestas públicas em 2010 .....	26
<b>Capítulo 2 – Concessões Florestais.....</b>	<b>31</b>
2.1 Gestão dos contratos de concessão florestal.....	33
2.2 Contratos em Execução .....	35
2.2.1 Gestão e monitoramento dos contratos de concessão florestal da Flona do Jamari.....	35
2.2.1.1 Resumo dos contratos de concessão florestal da Flona Jamari.....	35
2.2.1.2 Planos de Manejo Florestal Sustentável dos concessionários da Flona do Jamari.....	37
2.2.1.3 Infraestrutura produtiva e de controle .....	37
2.2.1.4 Atividades produtivas desenvolvidas no período.....	38
2.2.1.5 Gestão do regime econômico-financeiro dos contratos de concessão florestal da Flona do Jamari .....	39
a) <i>Garantia contratual</i> .....	39
b) <i>Valor mínimo anual</i> .....	40
c) <i>Pagamentos por produtos</i> .....	41
2.2.1.6 Distribuição dos recursos financeiros da concessão florestal .....	45
2.2.1.7 Execução das Propostas técnicas .....	47
2.2.1.8 Ações de Monitoramento de campo .....	49
2.2.1.8.1 Resumo do cumprimento do monitoramento de aspectos socioambientais e econômicos previstos no Decreto 6.063/2007.....	49
2.2.2 Gestão e monitoramento dos contratos de concessão florestal da Flona de Saracá-Taquera .....	53
2.2.2.1 Conclusão do processo licitatório e resumo dos contratos de concessão florestal da Flona de Saracá-Taquera.....	53
2.2.2.2 Resumo dos contratos dos contratos de concessão florestal da Flona de Saracá-Taquera .....	55
2.2.2.3 Produtos a serem explorados .....	55
2.2.2.4 Execução dos Planos de Manejo.....	55

2.2.2.5 Regime econômico-financeiro dos contratos de concessão florestal da Flona de Saracá-Taquera.....	56
a) Custos do edital.....	56
b) Garantias contratuais .....	56
c) Preços florestais .....	57
d) Valores mínimos anuais.....	57
2.2.2.6 Propostas técnicas .....	57
2.2.3 Resumo dos pré-editais e editais de licitação para concessão florestal.....	58
□ Unidades de Manejo Florestal (UMFs) .....	62
□ Preços florestais .....	63
2.3 Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Técnicas .....	64
2.4 Finalização dos contratos de transição em 2010.....	66
<b>Capítulo 3 – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.....</b>	<b>69</b>
3.1 Regulamentação.....	71
3.2 Criação e operação do Conselho Consultivo do FNDF.....	71
3.3 Plano Anual de Aplicação Regionalizada – Paar 2010.....	72
3.3.1 Projetos de Aplicação.....	72
<b>Capítulo 4 – Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP).....</b>	<b>77</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>81</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>85</b>
Anexo 1 – Quadro comparativo entre as obrigações legais e as ações desenvolvidas pelos concessionários da Flona do Jamari. ....	87



# **Capítulo 1**

## **Cadastro, Planejamento e Habilitação de Florestas Públicas para Outorga**





## **1.1 Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)**

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) foi instituído pela Lei 11.284, de 2 de março de 2006, e regulamentado pelo Decreto 6.063, de 20 de março de 2007, e seus procedimentos operacionais foram fixados pela Resolução/SFB 02/2007.

O CNFP é composto por informações do Cadastro Geral de Florestas Públicas da União e dos Cadastros de Florestas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Visa reunir dados sobre as florestas públicas brasileiras, para possibilitar o planejamento da gestão florestal.

O CNFP está em processo de interligação com o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

### **1.1.1 Avanços em 2010**

Em 2010 foi realizada a terceira atualização dos dados e das informações do CNFP, que possui abrangência nacional.

Houve significativos avanços no desenvolvimento de sistemas geoespaciais de informação, com a criação de um Geoportal (ver box 1) destinado a divulgar, disponibilizar informações à sociedade e conferir à União e aos estados uma ferramenta eficiente de gerenciamento das florestas públicas.

O Acordo de Cooperação entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Incra para acesso às informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) encontra-se em tramitação e tem por objetivo o intercâmbio de banco de dados e a integração desses dois cadastros fundiários.

### BOX 1 – Geoportal do CNFP.

A fim de implementar solução de portal capaz de gerir o conteúdo do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), está em execução, por meio da contratação de empresa especializada, a construção de paradigma em Sistema de Informações Geográficas (SIG), cujo principal objetivo é a estruturação de um banco de dados espacial e de imagens de satélite a partir do desenvolvimento e da customização de *softwares*, visando à apresentação dos dados em interfaces de mapas e textuais.

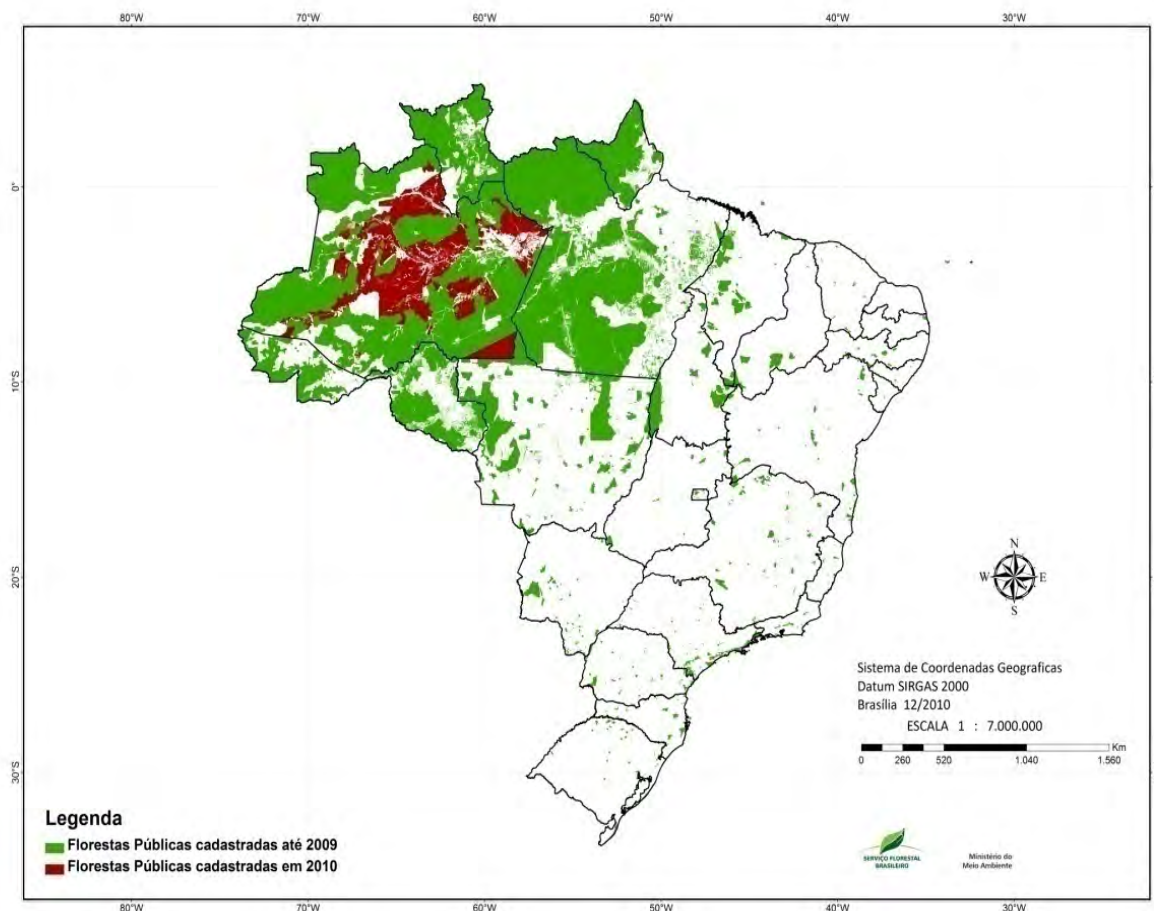
O Projeto será realizado em quatro frentes de trabalho: Implantação da infraestrutura; Modelagem e desenvolvimento de interfaces *Web*; Estruturação e organização do banco de dados; e Banco de imagens.

O Geoportal deverá implementar um mecanismo de busca de conteúdo, organizar e apresentar dúvidas encaminhadas por usuários do Portal e atendimentos (tipo fórum), implementar uma forma alternativa de acesso ao conteúdo por meio de uma lista redirecionável de ligações (*links*), apresentada em formato de mapa de navegação do *website*, e permitir a inserção de vídeos, fotos e documentos pelos usuários cadastrados e habilitados para tal, associados a uma feição geográfica.

Um sistema informatizado foi desenvolvido pelo Serviço Florestal Brasileiro para que as informações cadastrais possam ser acessadas via internet pelos gestores dos cadastros estaduais de florestas públicas. As principais funcionalidades desse sistema são: inclusão de informações georreferenciadas; emissão de relatórios; realização de buscas; e descarregamento (*download*) das informações.

O cadastro recebeu significativo acréscimo, cerca de 50 milhões de hectares de florestas públicas, o que representou o incremento de 21,45% em relação ao ano de 2009. Entre os anos de 2007 e 2010, foram cadastrados aproximadamente 290.488.491 hectares de florestas públicas no Brasil, equivalente a cerca de 55% das florestas do território nacional (ver mapa 1).

**Mapa 1 – Mapa das Florestas Públicas cadastradas no CNFP, com destaque, em vermelho, para as florestas inseridas no ano de 2010.**



Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Dezembro de 2010.

Em 2010, foi concluída a demarcação das Unidades de Manejo Florestal da Floresta Nacional Saracá-Taquera, no Pará, totalizando 48.703,43 hectares, divididos em uma UMF com 18.933,62 hectares e outra com 29.769,82 hectares.

Completando o resumo das principais ações realizadas em 2010, o Serviço Florestal Brasileiro executou e contratou levantamentos fundiários para nove Florestas Nacionais (Flonas): Jamari (RO), Saracá-Taquera (PA), Amana (PA), Crepori (PA), Itaituba I (PA), Itaituba II (PA), Macauã (AC), São Francisco (AC) e Jacundá (RO). Além disso, estão em execução os levantamentos para oito Flonas: Altamira (PA), Trairão (PA), Jamanxim (PA), Jatuarana (AM), Balata-Tufari (AM), Humaitá (AM e RO), Iquiri (AM) e Pau-Rosa (AM).

### 1.1.2 Situação das Florestas Públicas Cadastradas (Federais e Estaduais)

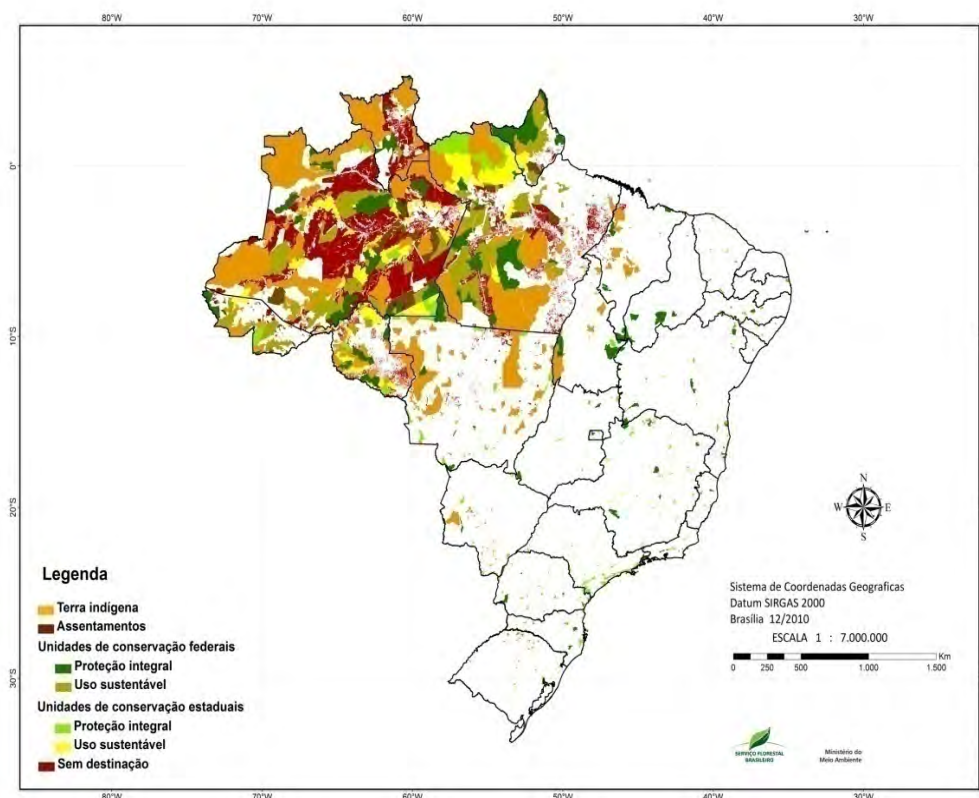
As florestas públicas podem ser divididas em dois grandes grupos: i) florestas destinadas<sup>1</sup>; e ii) florestas não destinadas<sup>2</sup> (tipo B). O primeiro grupo subdivide-se em diversas categorias de destinação fundiária (ver tabela 1). O mapa 2 apresenta a localização das florestas destinadas, em suas diversas categorias, e das não destinadas.

**Tabela 1 – Área (em 1.000 ha) de florestas públicas destinadas e não destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas até o ano de 2010.**

Tipo de Floresta	União	Estados	Total
Destinadas	183.508	42.378	225.886
Não destinadas	35.067	29.535	64.602
<b>Total</b>	<b>218.575</b>	<b>71.913</b>	<b>290.488</b>

Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Dezembro de 2010.

**Mapa 2 – Mapa de localização das Florestas Públicas cadastradas.**



Fonte: SFB 2010a.

<sup>1</sup> Florestas Públicas Destinadas são florestas que possuem dominialidade pública e uma destinação específica (Floresta Pública A – FPA).

<sup>2</sup> Florestas Públicas Não Destinadas são florestas que possuem dominialidade pública, mas ainda não foram destinadas à utilização pela sociedade, por usuários de serviços ou bens públicos ou por beneficiários diretos de atividades públicas (Floresta Pública B – FPB), e as florestas com definição de propriedade não identificada pelo SFB (Floresta Pública C – FPC).

A área de florestas públicas destinadas inseridas no CNFP até 2010 representa 77,82% do total das florestas cadastradas. A tabela 2 apresenta sua divisão por categoria de uso.

**Tabela 2 – Área das florestas públicas destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) até 2010, por domínio e categoria de uso.**

Dominialidade da Floresta	Categoria de Uso	Área aproximada (em ha)	Percentual (em %)
Florestas Públicas Federais	Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral	34.135.602	15,11
	Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável	28.530.188	12,63
	Assentamentos sustentáveis (PAE, PAF e PDS)	10.175.708	4,5
Florestas Públicas Federais	Terras Indígenas	110.582.661	48,95
	Áreas Inativas e Sobrepostas	2.425.297	1,07
Florestas Públicas Estaduais	Unidades de Conservação Estaduais de Uso Sustentável	20.405.554	9,03
	Unidades de Conservação Estaduais de Proteção Integral	19.631.537	8,69
<b>Área total</b>	<b>Florestas Públicas Destinadas</b>	<b>225.886.547</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SFB 2010a.

A Amazônia Legal é a única parte do país que apresenta cadastro de florestas arrecadadas não destinadas, totalizando 64.443.746 hectares. A tabela 3 apresenta sua distribuição por estado.

**Tabela 3 – Distribuição das áreas arrecadadas não destinadas com florestas públicas na Amazônia Legal.**

Estado	Área de florestas públicas em terras arrecadadas e não destinadas (em ha)	Proporção do total de FPFs em terras arrecadadas e não destinadas (em %)
Amazonas	43.699.043	67,64
Pará	9.843.862	15,24
Roraima	5.070.128	7,85
Rondônia	4.220.955	5,66
Maranhão	353.035	0,55
Mato Grosso	1.073.362	1,66
Amapá	421.379	0,65
Acre	464.049	0,72
Tocantins	319.536	0,03
<b>Total</b>	<b>64.443.746</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SFB 2010a.

Em relação às Florestas Públicas Estaduais, Amazonas, Pará e Rondônia possuem, aproximadamente, 35,3 milhões de hectares, que correspondem a 83% do total cadastrado das áreas estaduais destinadas, conforme apresentado na tabela 4.

**Tabela 4 – Florestas Públicas Estaduais Destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) em 2010.**

<b>Estado</b>	<b>Área de Florestas Públicas Estaduais Destinadas (em ha)</b>	<b>Proporção do total de Florestas Públicas Estaduais Destinadas (em %)</b>
AC	1.238.213	2,92
AL	889	0
AM	17.088.944	40,32
AP	892.187	2,11
BA	75.636	0,18
CE	34.555	0,08
DF	21.314	0,05
ES	12.222	0,03
GO	128.226	0,3
MA	617.776	1,46
MG	590.479	1,39
MS	169.367	0,4
MT	1.830.011	4,32
PA	13.835.316	32,65
PB	2.805	0,01
PR	75.267	0,18
RJ	121.266	0,29
RO	4.220.955	9,96
RS	98.453	0,23
SC	123.424	0,29
SP	881.558	2,08
TO	319.536	0,75
<b>Total</b>	<b>42.378.399</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SFB 2010a.

Cabe ressaltar que o CNFP é um processo dinâmico e sua atualização é anual.



## 1.2 Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) 2011

O Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) é o instrumento de planejamento das ações voltadas à produção florestal sustentável em florestas públicas, instituído pela Lei 11.284/2006 e normatizado pelo Decreto 6.063/2007.

O Paof descreve cada área e o seu processo de seleção para outorga, conforme os critérios estabelecidos na Lei 11.284/2006 e no Decreto 6.063/2007. A inclusão de uma área no Paof não significa que ela será objeto de licitação naquele determinado ano.

O Paof 2011, elaborado em 2010, identificou as florestas públicas passíveis de submissão ao processo de concessão florestal no ano de sua vigência.

A elaboração do Paof seguiu o rito de consultas à sociedade que caracteriza a redação desse instrumento. Ao todo, foram realizadas três reuniões para discutir o Paof 2011, nos municípios de Santarém e Belém, no estado do Pará, e em Porto Velho, no estado de Rondônia, respectivamente nas datas de 17, 18 e 21/6/2010. A minuta do Paof ficou disponível durante um mês na internet.

Além disso, o Paof passou por consultas nos órgãos governamentais que possuem interface com o processo de gestão de florestas públicas, especialmente o ICMBio, gestor das Unidades de Conservação, e o Ministério da Defesa, por meio do Conselho de Defesa Nacional.

Em 22/6/2010, foi submetido à apreciação da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP). A ata da reunião está disponível na página eletrônica do Serviço Florestal Brasileiro ([www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br)). A Portaria 287 do Ministério do Meio Ambiente aprovou o Paof 2011.

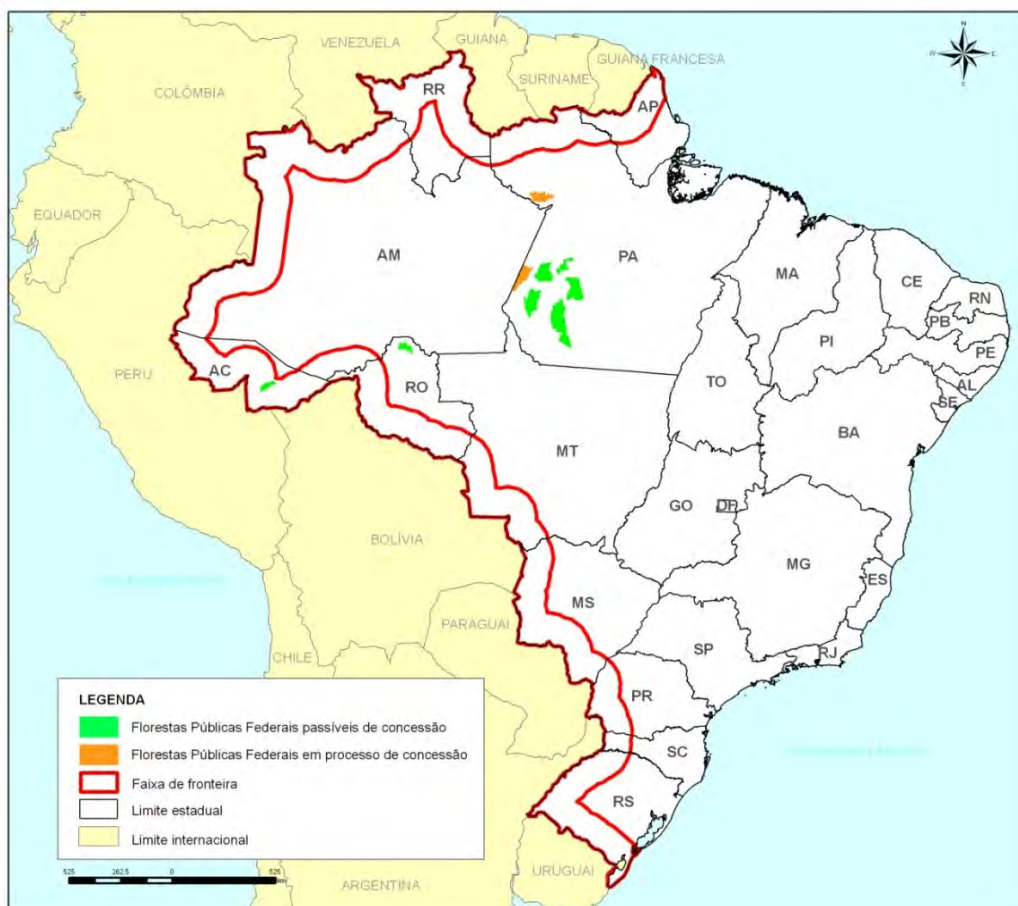
O documento tornou elegível para concessão 5,1 milhões de hectares de florestas públicas federais, distribuídos em onze Florestas Nacionais, localizadas em três estados – Acre, Pará e Rondônia –, conforme tabela 5. O mapa 3 apresenta a distribuição das florestas públicas federais passíveis de concessão em 2011 no território nacional.

Tabela 5 – Lista de florestas públicas federais passíveis de concessão florestal em 2011.

Região	Estado	Nº	Nome da UC	Área de Decreto de criação <sup>1</sup> (em ha)	Área total do Cadastro <sup>1</sup>
Norte	AC	1	Floresta Nacional do Macauã	173.475,00	176.164,84
		2	Floresta Nacional de São Francisco	21.600,00	21.205,90
	PA	3	Floresta Nacional de Altamira	689.012,00	761.135,70
		4	Floresta Nacional de Crepori	740.661,00	741.783,67
		5	Floresta Nacional de Itaituba I	220.034,20	220.254,13
		6	Floresta Nacional de Itaituba II	440.500,00	423.956,21
		7	Floresta Nacional do Amana	540.417,17	542.553,42
		8	Floresta Nacional do Jamanxim	1.301.120,00	1.301.214,86
		9	Floresta Nacional do Trairão	257.482,00	257.502,72
		10	Floresta Nacional Saracá-Taquera	429.600,00	441.147,94
		RO	11	Floresta Nacional de Jacundá	220.644,00
<b>Total</b>				<b>5.034.545,37</b>	<b>5.107.761,11</b>

Nota: <sup>1</sup> A diferença observada entre essas áreas decorre do fato de que as informações dos limites das Unidades de Conservação (UCs) foram obtidas em períodos diferentes e a partir de documentações existentes ou levantamentos de campo com diferentes padrões de precisão. Atualmente, são utilizadas ferramentas de geoprocessamento, que geram novos dados de área, distâncias, entre outros, com maior precisão.

Mapa 3 – Localização das Florestas Públicas passíveis de concessão florestal, conforme o Paof 2011.



Fonte: CNFP/SFB, março 2010; IBGE/DGC, 2010 (a).

### 1.3 Principais ações de habilitação e preparação de florestas públicas para as concessões florestais em 2010

#### 1.3.1 Pré-requisitos legais e estratégicos para a concessão de florestas públicas

Para ser objeto de concessão florestal, uma Flona deve cumprir os seguintes requisitos mínimos: i) estar registrada no CNFP; ii) possuir plano de manejo aprovado; iii) ter um conselho consultivo constituído; iv) estar prevista no Paof; e v) obedecer regiamente aos critérios de lançamento e consulta pública da sua minuta de edital de concessão, conforme detalhado a seguir na figura 1.

Figura 1 – Esquema representativo dos pré-requisitos de habilitação de florestas públicas para concessão florestal.



Portanto, somente poderá ser iniciado o processo de licitação para a concessão florestal após o cumprimento de todas as etapas apresentadas na figura 1. As etapas relacionadas ao CNFP e ao Paof já foram descritas neste capítulo. Assim, esta seção irá descrever as ações realizadas em 2010 para dotar essas florestas de seus instrumentos básicos de gestão (planos de manejo e constituição de conselhos consultivos).

### 1.3.2 Estágio de habilitação das florestas públicas para concessão florestal

As concessões florestais concentram-se, nesta primeira etapa de sua implantação, em Florestas Nacionais, Unidades de Conservação, constituintes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O Brasil possui cerca de 18,8 milhões de hectares de Flonas, divididas em 65 UCs, das quais 32 estão na Amazônia – o que corresponde a 99,4% das áreas de todas as florestas nacionais do país. Como a concessão florestal é um instrumento utilizado, prioritariamente, para viabilizar o manejo sustentável de florestas nativas, esta seção irá abordar somente o estágio de habilitação das Flonas do bioma amazônico.

Das 32 Flonas existentes na Amazônia (18.699.937,28 ha), dezessete (53%) não possuem plano de manejo (ver figura 2), nove (28%) possuem planos de manejo aprovados (ver figura 5), duas (6%) estão em fase final de elaboração, uma (3%) em fase intermediária de elaboração e três (10%) possuem estudos prévios para a elaboração do plano de manejo.

Figura 2 – Número de Flonas da Amazônia com Planos de Manejo aprovados e não aprovados até 2010.



### 1.3.3 Ações do Serviço Florestal Brasileiro para a promoção da habilitação de florestas públicas em 2010

De acordo com o CNFP, as Florestas Públicas podem ser classificadas em: (i) florestas que possuem destinação fundiária (Tipo A); e (ii) florestas que não possuem destinação fundiária (Tipo B). A Lei 11.284/2006 faculta ao Poder Concedente realizar concessões em florestas de ambos os tipos, desde que sejam seguidos etapas, ritos e procedimentos diferenciados, conforme o quadro 1.

**Quadro 1 – Instrumentos de gestão e habilitação de florestas públicas para concessões florestais.**

<b>Florestas Públicas</b>	<b>Categoria</b>	<b>Presença no CNFP</b>	<b>Previsão no Paof</b>	<b>Instrumento de gestão</b>	<b>Participação social</b>
Florestas Destinadas	Florestas Nacionais	Obrigatória	Obrigatória	Plano de manejo da Unidade de Conservação	Conselho consultivo da Unidade de Conservação
Florestas não Destinadas	Não se aplica	Obrigatória	Obrigatória – Indicação da Gleba	Relatório Ambiental Preliminar	Conselho de acompanhamento dos contratos de concessão

As Flonas possuem como objetivos básicos “o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (art.17 da Lei 9.985/2000). Por essa razão, o Serviço Florestal Brasileiro vem priorizando essas unidades para a implantação das concessões florestais.

Em 2010, foram concluídos os planos de manejo de cinco unidades: Amana (PA), Crepori (PA), Jacundá (RO), Jamanxim (PA) e Trairão (PA) (ver tabela 6), totalizando 3 milhões de hectares. O Serviço Florestal Brasileiro apoiou o ICMBio na elaboração desses planos de manejo, por meio de cooperação técnica e financeira.

Tabela 6 – Flonas com planos de manejo concluídos em 2010 e suas respectivas áreas passíveis de concessão florestal.

Florestas Nacionais	Decreto de criação	Área total (em ha)	Área estimada de concessão (em ha)	Ações apoiadas pelo SFB em 2010	Publicação do Plano de Manejo
Amana	Decreto s/nº de 13 de fevereiro de 2006	540.417,17	210.160,65	Levantamento censitário Plano de manejo	D.O.U. de 15 de março de 2010, seção 1, p. 71
Crepori	Decreto s/nº de 13 de fevereiro de 2006	740.661,00	231.357,50	Levantamento socioeconômico Plano de manejo	D.O.U. de 15 de março de 2010, seção 1, p. 70
Trairão <sup>1</sup>	Decreto s/nº de 13 de fevereiro de 2007	257.482,00	210.530,51	Levantamento fundiário Plano de manejo	D.O.U. de 03 de fevereiro de 2011, seção 1, p. 66
Jamanxim <sup>1</sup>	Decreto s/nº de 13 de fevereiro de 2006	1.301.120,00	889.094,10	Levantamento socioeconômico Plano de manejo	D.O.U. de 25 de fevereiro de 2011, seção 1, p. 83
Jacundá	Decreto s/nº de 1º de dezembro de 2004	220.644,52	112.157,77	Plano de manejo	Não publicado
<b>Total</b>		<b>3.060.324,69</b>	<b>1.653.300,53</b>		

Nota: <sup>1</sup> As estimativas das áreas aptas a concessão nas Flonas Trairão e Jamanxim correspondem à zona de manejo florestal do Plano de Manejo de cada UC.

Ademais, foram concluídos estudos prévios em outras quatro Flonas: Humaitá (AM), Itaituba I (PA), Itaituba II (PA) e Altamira (PA), perfazendo quase mais 2 milhões de hectares.

Além disso, está em andamento a realização dos estudos prévios da Flona Caxiuanã (PA), em uma cooperação entre ICMBio–MPEG–SFB, com cerca de 200 mil hectares (ver tabela 7). Os estudos prévios destinam-se a viabilizar os planos de manejo.

**Tabela 7 – Flonas com estudos prévios para a elaboração do Plano de Manejo e respectivas áreas passíveis de concessão florestal.**

<b>Florestas Nacionais</b>	<b>Área total (em ha)</b>	<b>Ações apoiadas pelo SFB até 2009</b>	<b>Ações apoiadas pelo SFB em 2010</b>	<b>Situação do Plano de manejo</b>
Humaitá	468.790,00	Inventário florestal	Levantamento socioeconômico Levantamento fundiário	Estudos prévios
Itaituba I	220.034,20	Levantamento fundiário	Levantamento socioeconômico Meio biótico	Estudos prévios
Itaituba II	440.500,00	Levantamento fundiário	Inventário florestal Levantamento socioeconômico Meio biótico	Estudos prévios
Altamira	689.012,00	Levantamento fundiário Inventário florestal	Meio biótico Levantamento socioeconômico	Plano de manejo em elaboração
Caxiuanã	200.000,00	Levantamento fundiário Inventário florestal	Meio biótico Levantamento socioeconômico	Plano de manejo em elaboração
<b>Total</b>	<b>2.018.336,20</b>			

Obs.: As Flonas acima não possuem estimativa das áreas aptas à concessão florestal, pois seus respectivos planos de manejo não estão concluídos.





The image features a photograph of a forest stream with a large green semi-circular overlay on the left side. The stream flows through a dense forest, with sunlight filtering through the trees. The water is clear and reflects the surrounding greenery. The green overlay is a solid, light green color that covers the left half of the image, creating a modern, graphic design.

# **Capítulo 2**

## **Concessões Florestais**



## 2.1 Gestão dos contratos de concessão florestal

A gestão de contratos de concessão concentra-se em dois aspectos principais: i) gestão do cumprimento do regime econômico financeiro dos contratos; e ii) gestão do cumprimento das cláusulas e propostas técnicas. No quadro 2, estão apresentados, de forma resumida e esquemática, os principais aspectos que compõem o regime econômico-financeiro dos contratos de concessão florestal.

O acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais e das propostas técnicas está associado ao monitoramento, em campo, do cumprimento e alcance dos indicadores ambientais, sociais, de eficiência e agregação de valor, com os quais o concessionário se comprometeu por meio de sua proposta técnica.

Parte das cláusulas associadas às obrigações técnicas, ambientais e sociais é de cumprimento e verificação contínua. Já os indicadores técnicos possuem parâmetros e periodicidade de verificação predefinida, conforme será detalhado.

As florestas públicas são fiscalizadas e monitoradas periodicamente por diversas instituições públicas. A fiscalização ambiental é de responsabilidade do órgão ambiental federal. O ICMBio, como órgão gestor, também cumpre o papel de fiscalização de forma supletiva e é o órgão responsável pela gestão e proteção da Unidade de Conservação. O Serviço Florestal Brasileiro é responsável pelo monitoramento do cumprimento dos contratos de concessão florestal nas Unidades de Manejo Florestal concedidas.

O monitoramento das concessões florestais também acompanha indicadores ambientais, como a proteção de espécies endêmicas e ameaçadas, a proteção de corpos d'água, a proteção da floresta contra incêndios e a exploração ilegal, entre outros.

Em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ICMBio e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), estão sendo desenvolvidos instrumentos para o aperfeiçoamento do monitoramento ambiental e produtivo, tais como: adaptações no Documento de Origem Florestal (DOF), sistema de controle de cadeia de custódia, rastreamento via satélite de cargas, detecção remota de explorações ilegais e parcelas de monitoramento de fauna e flora. Em relação ao monitoramento das condições trabalhistas nas concessões florestais, a fiscalização será realizada por auditores fiscais do Ministério do Trabalho (MTE).

**Quadro 2 – Componentes do Regime econômico-financeiro das concessões florestais.**

<b>Componentes do Regime Econômico-financeiro</b>	<b>Valores</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Atualização</b>	<b>Mecanismos de controle</b>	<b>Sanções por inadimplência</b>
Pagamento de garantia	Varia de 20% (pequenas empresas) a 100% da proposta financeira	Parcela única antes da assinatura do contrato	Depende da modalidade. Seguro e fiança bancária –renovação anual corrigida pelo IPCA	Comprovante bancário	Impedimento de assinatura dos contratos
Pagamento dos custos do edital de licitação	Ressarcimento dos valores gastos na realização dos editais e das consultas públicas	Parcelas trimestrais no 1º ano dos contratos	Não há	Verificação de recolhimentos no Siafi	Multas, mora e atualização monetária
Pagamento do valor mínimo anual	Percentual (máximo de 30%) da proposta financeira. Independe da produção, pode ser abatido da produção	Anual, data de homologação dos PMFS	Anual, por meio de apostilamentos corrigidos pelo IPCA	Verificação de recolhimentos no Siafi	Multas, mora e atualização monetária
Pagamento por produção	Pagamentos por m <sup>3</sup> transportado e explorado	Mensal (vol. transportado) e anual (vol. não transportado)	Anual, por meio de apostilamentos corrigidos pelo IPCA	Verificação de recolhimentos no Siafi	Multas, mora e atualização monetária
Pagamento por serviços	Pagamento sobre o valor faturado na atividade de serviço	Mensal	Não há	Balancos mensais	Multas, mora e atualização monetária
Bonificação	Descontos percentuais sobre a proposta financeira, conforme desempenho técnico	Validade de 1 ano, renovável	Percentuais fixos	Pareceres de checagem de desempenho	Não há

## 2.2 Contratos em Execução

### 2.2.1 Gestão e monitoramento dos contratos de concessão florestal da Flona do Jamari

#### 2.2.1.1 Resumo dos contratos de concessão florestal da Flona Jamari

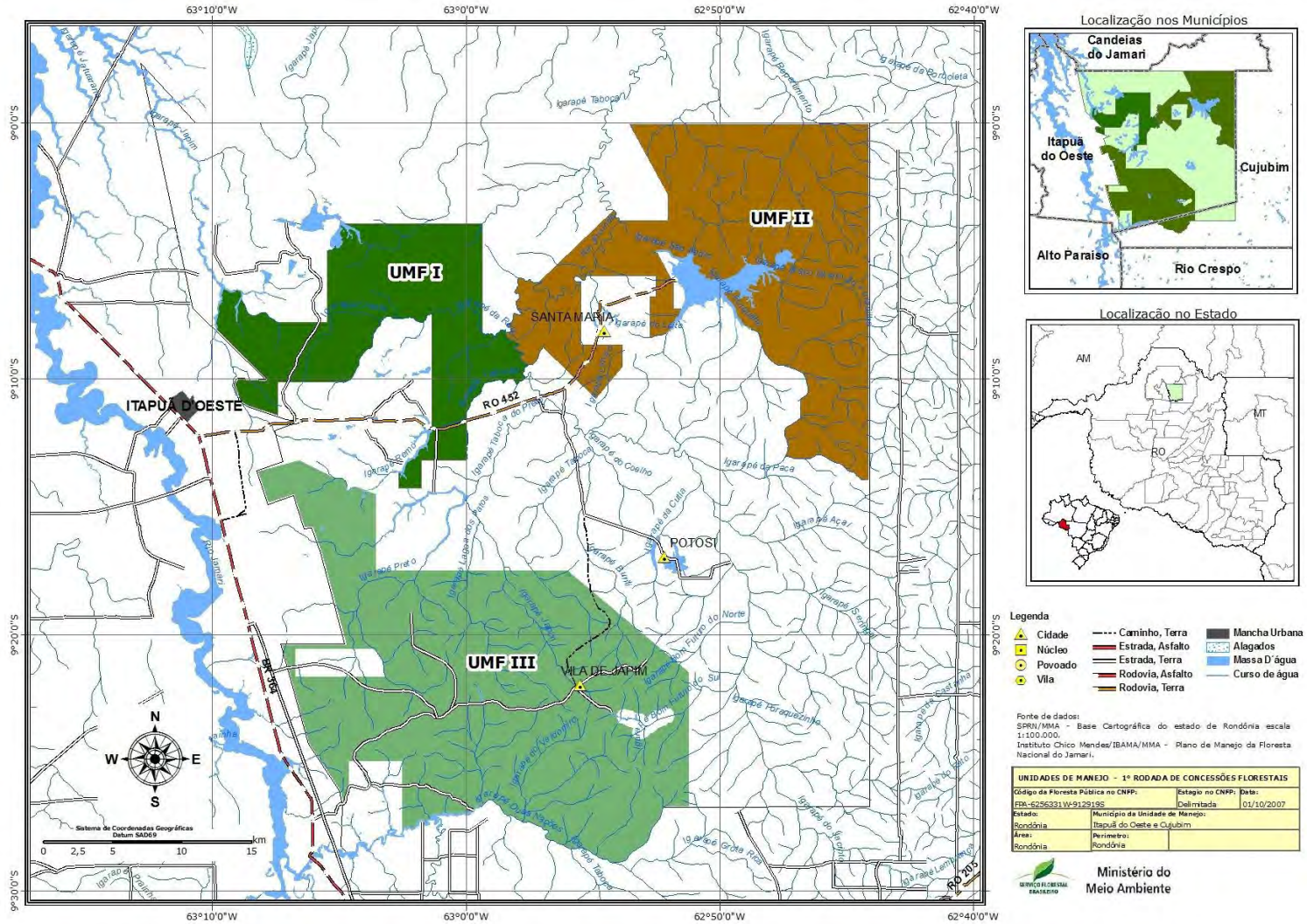
O Edital nº 01/2007 licitou um lote com três Unidades de Manejo Florestal (UMF) de diferentes tamanhos (ver mapa 4), que, juntas, somaram 96.360 hectares. Os critérios de seleção das empresas e o processo de participação social foram descritos no Relatório de Gestão de Florestas Públicas de 2007.

O quadro 3 apresenta o resumo dos principais aspectos que caracterizam os contratos de concessão da Floresta Nacional do Jamari.

**Quadro 3 – Principais informações sobre os contratos de concessão da Flona do Jamari.**

Informações	UMF I	UMF II	UMF III
Concessionário	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	Sakura Ind. e Comércio de Madeiras Ltda.	Amata S/A
Área concedida	17.178 ha	32.998 ha	46.184 ha
Classe de tamanho da UMF	Pequena	Média	Grande
Data de assinatura do contrato	16/10/2008	21/10/2008	30/9/2008
Data de homologação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	21/12/2009	21/12/2009	28/9/2009
Valor mínimo do edital (em R\$)	503.745,00	967.695,00	1.354.320,00
Valor da proposta vencedora (em R\$)	759.761,00	1.683.879,00	1.367.863,00

Mapa 4 – Localização das Unidades de Manejo Florestal (UMFs) da Flona do Jamari.



### 2.2.1.2 Planos de Manejo Florestal Sustentável dos concessionários da Flona do Jamari

Os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) dos concessionários da Flona do Jamari foram aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2009. Os três PMFS podem ser integralmente consultados no sítio do Serviço Florestal Brasileiro, por meio dos endereços eletrônicos:

[http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/\\_arquivos/amata\\_pmfs\\_umf\\_iii\\_95.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/amata_pmfs_umf_iii_95.pdf)  
[http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/\\_arquivos/madeflona\\_pmfs\\_umf\\_i\\_95.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/madeflona_pmfs_umf_i_95.pdf)  
[http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/\\_arquivos/sakura\\_umf\\_ii\\_95.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/sakura_umf_ii_95.pdf).

No início de 2010, os concessionários apresentaram os Planos Operacionais Anuais (POA) com as especificações das atividades a serem realizadas na primeira unidade de produção anual (UPA), obtendo a Autorização de Exploração (Autex) e os créditos no sistema de controle de transporte e origem de madeira (ver tabela 8).

**Tabela 8 – Resumo das áreas autorizadas para manejo florestal em 2010 na Flona do Jamari.**

Empresa	UPA 1 (em ha)	Área de efetivo manejo (em ha)	Volume autorizado	Data de emissão da Autex
Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	594,3	565,50.	14.552,80	20/9/2010
Sakura Ind. e Comércio de Madeiras Ltda.	1.069,20	874,31	22.548,47	20/09/2010
Amata S/A	1.578,78	1.359,88	29.159,23	20/09/2010
<b>Total</b>	<b>3.242,28</b>	<b>2.799,69</b>	<b>66.260,51</b>	

### 2.2.1.3 Infraestrutura produtiva e de controle

Em 2010, iniciou-se a construção da infraestrutura necessária para a atividade produtiva, incluindo a rede viária de estradas, infraestrutura de alojamento e postos de controle de fluxo de pessoas, cargas e veículos. O quadro 4 apresenta o resumo da infraestrutura construída.

**Quadro 4 – Infraestruturas construídas na Flona do Jamari.**

Infraestrutura	UMF I	UMF II	UMF III	Normas
Construção de estradas principais	Construção de 1,6 km de estradas principais	Construção de 4 km de estradas principais	Construção de 1,9 km de estradas principais	Norma de Execução do Ibama nº 1, de 24 de abril de 2007
Construção de alojamentos para trabalhadores	Não há	360 m <sup>2</sup>	420m <sup>2</sup>	Norma Regulamentadora nº 31 do Ministério do Trabalho e Emprego
Postos de controle	1	1	1	Planta arquitetônica definida pelo SFB

Toda a construção de infraestrutura viária, social e de controle seguiu os parâmetros legais, técnicos e sociais pertinentes, os ditames do Plano de Manejo da Flona e ainda foi acompanhada pelo SFB e ICMBio.

#### 2.2.1.4 Atividades produtivas desenvolvidas no período

O ano de 2010 marcou o início do processo produtivo, com os três concessionários iniciando suas atividades. A adoção de boas práticas de manejo florestal sustentado é obrigação contratual dos concessionários e abrange, além de aspectos técnicos para a redução dos danos ambientais, aspectos sociais e econômicos.

O Serviço Florestal Brasileiro acompanhou todo o processo produtivo, identificando pontos frágeis, orientando e cobrando providências para a melhoria dos processos produtivos. Os relatórios de visitas técnicas e todos os atos encontram-se anexados ao processo administrativo referente à gestão de cada contrato e estão disponíveis para consulta na sede do SFB.

Em 2010, foram produzidos 16.875,58 m<sup>3</sup> de madeira em tora nas três unidades de manejo, conforme apresentado na tabela 9.

**Tabela 9 – Produção madeireira da Flona do Jamari em 2010.**

UMFs	Volume explorado (em m <sup>3</sup> )	Volume transportado (em m <sup>3</sup> )	Volume estocado (em m <sup>3</sup> )
UMF I	3.719,16	903,17	2.815,99
UMF II	4.691,86	1.007,80	3.684,06
UMF III	8.464,56	0,00	8.464,56
<b>Total</b>	<b>16.875,58</b>	<b>1.910,97</b>	<b>14.964,61</b>



O total de madeira explorada é apresentado mensalmente pelo concessionário, por meio do Relatório de Produção Mensal. As informações desses relatórios são cruzadas com conferências no sistema de rastreamento de cadeia de custódia, base de dados do Documento de Origem Florestal (DOF) e fichas de conferência dos postos de controle. Uma vez verificados os valores relatados, são emitidos boletins de cobrança.

### 2.2.1.5 Gestão do regime econômico-financeiro dos contratos de concessão florestal da Flona do Jamari

#### a) Garantia contratual

A garantia contratual é prestada pelo concessionário na ocasião de assinatura do contrato de concessão florestal. É proporcional aos ônus e riscos envolvidos nos contratos e, para a Flona do Jamari, foi estabelecida como igual ao valor da proposta financeira vencedora de cada UMF.

A Lei de Gestão de Florestas Públicas estabelece as seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro; títulos da dívida pública; seguro-garantia; fiança bancária; ou outras admitidas em lei.

Os concessionários da Flona do Jamari encontram-se adimplentes com os valores de garantia dos contratos, conforme apresenta-se no quadro 5.

**Quadro 5 – Valores da garantia contratual.**

Informações	UMF I	UMF II	UMF III
Concessionário	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	Sakura Ind. e Comércio de Madeiras Ltda.	Amata S/A
Valor contratual (em R\$)	759.761,00	1.683.879,00	1.367.863,00
Valor após termo aditivo (em R\$)	632.992,37	1.403.167,46	1.134.438,82
Valor após apostilamento de 2009 (em R\$)	659.366,62	1.461.631,83	1.183.708,64
Valor após apostilamento de 2010 (em R\$)	693.662,47	1.537.587,58	1.239.330,20
Modalidade de garantia prestada	Fiança bancária	Caução e fiança bancária <sup>1</sup>	Fiança bancária

Nota: <sup>1</sup> A empresa Sakura optou por dividir o valor da garantia contratual entre duas modalidades.

**b) Valor mínimo anual**

A Lei de Gestão das Florestas Públicas, no seu art. 36, § 5º, estabelece uma porcentagem de valor mínimo anual de até 30% do valor do contrato de concessão florestal. Esse valor será exigido anualmente do concessionário, independentemente da produção ou dos valores por ele auferidos com a exploração do objeto da concessão, e será destinado ao órgão gestor para a manutenção do sistema de gestão de florestas públicas.

Nos contratos de concessão da Flona do Jamari, foi utilizado o percentual máximo citado. O marco inicial para sua cobrança é a data de homologação do PMFS pelo Ibama. Assim, o concessionário deverá iniciar o pagamento do valor mínimo anual ao final de um ano contado a partir desta data. O quadro 6 apresenta o valor mínimo anual vigente, após o termo aditivo e apostilamentos anuais.

**Quadro 6 – Valor mínimo anual corrigido por contrato de concessão florestal da Flona do Jamari.**

Informações	UMF I	UMF II	UMF III
Concessionário	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	Sakura Ind. e Comércio de Madeiras Ltda.	Amata S/A
Valor mínimo anual estabelecido em contrato (em R\$)	227.928,30	505.163,70	410.358,90
Valor mínimo anual após termo aditivo (em R\$)	189.939,49	420.968,07	341.964,38
Valor mínimo anual após apostilamento de 2009 (em R\$)	197.366,62	438.489,55	355.112,59
Valor mínimo anual após apostilamento de 2010 (em R\$)	208.098,74	461.276,27	371.799,06

As empresas Madeflona Industrial Madeireira Ltda. e AMATA S/A realizaram o pagamento do valor mínimo anual nos prazos estabelecidos em seus respectivos contratos, gerando um crédito de valor mínimo, que será abatido do valor a ser pago pelo volume produzido no ano de 2010.

A empresa Sakura não cumpriu o prazo para o pagamento do valor mínimo anual, gerando um débito sobre o qual vêm incidindo a multa prevista em contrato, os juros de mora e a atualização monetária diária, conforme demonstrativo da execução financeira do contrato (ver tabela 12).

Um resumo da adimplência dos concessionários quanto à obrigação de pagamento do valor mínimo está apresentado na tabela 10.

**Tabela 10 – Resumo de adimplência dos concessionários quanto à obrigação de pagamento do valor mínimo.**

UMFs	Valor do Valor Mínimo Anual (em R\$)	Data de vencimento	Valores recolhidos (em R\$)	Sanções e correções (em R\$)	Recolhimentos parciais <sup>1</sup> (em R\$)	Adimplência
UMF I	208.098,74	21/12/2010	208.098,74	0	7.445,56	Adimplente
UMF II	461.276,27	21/12/2010	0	11.631,98	17.370,21	Inadimplente
UMF III	355.112,59	28/9/2010	355.112,59	0	0	Adimplente
<b>Total</b>	<b>1.024.487,60</b>		<b>563.211,33</b>			

Nota: <sup>1</sup> Recolhimentos referentes ao pagamento por volumes transportados, que são abatidos do pagamento do Valor Mínimo Anual.

### ***c) Pagamentos por produtos***

No ano de 2010, os concessionários iniciaram suas atividades de manejo florestal madeireiro. Já a exploração do material lenhoso residual e a dos produtos florestais não madeireiros ainda não foram iniciadas, pois somente serão obrigatórias a partir do 36º mês após a assinatura dos contratos.

Os preços dos produtos florestais madeireiros foram divididos em quatro grupos, de acordo com o valor comercial das espécies que os compõem. Anualmente, o preço da madeira é reajustado, na data de assinatura do contrato, pelo índice IPCA/IBGE acumulado nos doze meses anteriores. Os preços vigentes da madeira, por grupo de espécies, para cada concessionário, após os apostilamentos anuais, estão demonstrados na tabela 11.

Tabela 11 – Preços por grupo de espécies.

Grupo	UMF I – Madeflona Ltda.	UMF II – Sakura Ltda.	UMF III – Amata S/A
<b>Preços do edital (em R\$)</b>			
Grupo I	75	75	75
Grupo II	45	45	45
Grupo III	30	30	30
Grupo IV	15	15	15
<b>Preços da proposta vencedora (em R\$)</b>			
Grupo I	101	116	75
Grupo II	68	73	45
Grupo III	46	56	30,11
Grupo IV	25	29	15,73
<b>Ágio (em %)<sup>1</sup></b>	45,45	66	0,51
<b>Preços após o 1º apostilamento – 2009</b>			
Grupo I	105,21	120,83	78,26
Grupo II	70,83	76,04	46,95
Grupo III	47,92	58,33	31,42
Grupo IV	26,04	30,21	16,41
<b>Preços após o 2º apostilamento – 2010<sup>2</sup></b>			
Grupo I	110,68	127,11	81,94
Grupo II	74,51	79,99	49,16
Grupo III	50,41	61,36	32,9
Grupo IV	27,39	31,78	17,18

Notas: <sup>1</sup> Ágio calculado com base no preço mínimo do edital, referencial para o limite de bonificação que o concessionário tem direito. Representa a porcentagem do preço oferecido pelo concessionário acima do preço estabelecido pelo edital.

<sup>2</sup> Preços vigentes.

As atividades exploratórias na Flona do Jamari iniciaram no mês de setembro de 2010, logo após a emissão da Autorização de Exploração pelo Ibama.

Esse transporte final entre os pátios externos, chamados de pátios de concentração, e as plantas de processamento ocorrerá no início do ano de 2011. Todavia, esse transporte, durante o período de embargo das atividades (15/12 a 15/5), somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do Serviço Florestal Brasileiro e o cumprimento de uma série de condicionantes preventivas e mitigadoras (ver box 2).

O modelo de relatório mensal de produção reporta, por espécie, os volumes explorados, volumes estocados nos pátios de concentração e volumes transportados para fora da UMF.

A situação de adimplemento de cada concessionário é acompanhada diariamente, pois os débitos recebem atualização diária de juros de mora e atualização monetária. Está em processo de contratação um sistema de gestão financeira dos contratos de concessão, que irá processar, atualizar e disponibilizar para o público todas as informações sobre a execução financeira e contábil dos contratos de concessão florestal.

No início de 2011, serão disponibilizados, no *site* do Serviço Florestal Brasileiro, extratos semelhantes aos apresentados nas tabelas 12, 13 e 14, com o detalhamento da execução financeira dos contratos.

**Box 2 – Autorização especial de transporte durante período de embargo.**

A autorização de transporte durante o período de embargo é um mecanismo previsto em contrato, que visa racionalizar o transporte de madeira em função do curto período de estiagem da região. Permite que os concessionários estoquem produtos florestais em um pátio de concentração na beira de uma estrada principal, para transporte durante o período de embargo. Com isso, se reduzem os riscos operacionais de parte da produção não ser retirada de dentro da floresta, pois acelera o baldeio de toras entre os pátios de arraste e os pátios de concentração. Essa autorização condiciona o transporte a medidas ambientais e sociais preventivas e mitigatórias, como: reformas das vias utilizadas dentro e fora da Flona, uso de equipamentos adequados, aproveitamento de pequenas estiagens e definição de limites de carga, entre outras.

❖ **Madeflona Industrial Madeireira Ltda. – UMF I**

A empresa Madeflona Industrial Madeireira encontra-se adimplente com todas as obrigações previstas no regime financeiro do contrato de concessão florestal para o exercício de 2010, conforme está demonstrado na tabela 12.

**Tabela 12 – Extrato financeiro da Empresa Madeflona Industrial Madeireira Ltda. até dezembro de 2010, UMF I.**

Extrato Financeiro – Dezembro/2010		
Itens	Débito (em R\$)	Crédito (em R\$)
1. Valor da madeira transportada em novembro	7.445,557	
2. Pagamento efetuado em 10/12/10		7.445,56
3. Valor mínimo anual apostilado em 21/12/10	208.098,741	
4. Pagamento de valor mínimo anual em 21/12/10 (= diferença dos itens 3 e 2)		200.653,18
5. Crédito de valor mínimo anual em 31/12/10 (= item 4)		200.653,18

❖ **Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. – UMF II**

A empresa Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. encerrou o ano inadimplente em relação ao pagamento do Valor Mínimo Anual, débito que vem sendo atualizado conforme previsão contratual e o demonstrativo do balanço da execução financeira do contrato, apresentado na tabela 13.

**Tabela 13 – Extrato financeiro da Empresa Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. até dezembro de 2010, UMF II.**

<b>Extrato Financeiro – Dezembro/2010</b>		
<b>Itens</b>	<b>Débito (em R\$)</b>	<b>Crédito (em R\$)</b>
1. Valor da madeira transportada em novembro	15.418,07	
2. Sanções de 3 dias de atraso no pagamento da madeira		
3. Multa (2%)	308,36	
4. Juros (1% a.m.)	15,42	
5. IPCA (0,63% a.m.)	9,71	
6. Total das correções (= soma dos itens 3, 4 e 5)	333,49	
7. Saldo devedor (= soma dos itens 1 e 6)	15.751,57	
8. Pagamento efetuado em 13/12/10		17.370,21
9. Saldo para desconto em valor mínimo anual (= diferença dos itens 8 e 6)		17.036,72
10. Valor mínimo anual apostilado em 21/12/10	461.276,27	
11. Valor mínimo anual descontado do saldo (= diferença dos itens 10 e 9)	444.239,56	
12. Sanções de 10 dias de atraso no pagamento do valor mínimo anual		
13. Multa (2%)	8.884,79	
14. Juros (1% a.m.)	1.480,80	
15. IPCA (0,63% a.m.)	932,90	
16. Total de valor mínimo anual em 31/12/10 (= soma dos itens 11,13,14 e 15)	455.538,05	

O pagamento da inadimplência apontada na tabela 13 é pré-requisito para que a empresa possa manter seu contrato ativo e iniciar suas atividades produtivas no ano de 2011.

❖ **Amata S/A – UMF III**

A empresa Amata S/A encontra-se adimplente com todas as obrigações financeiras contratuais, com o pagamento do Valor Mínimo Anual. Esse pagamento gerou crédito em seu favor, que será abatido de acordo com o transporte da madeira que se encontra estocada no pátio de concentração (ver tabela 14).

**Tabela 14 – Extrato financeiro da Empresa Amata S/A até dezembro de 2010, UMF III.**

<b>Extrato Financeiro – setembro/2010</b>		
<b>Itens</b>	<b>Débito (em R\$)</b>	<b>Crédito (em R\$)</b>
1. Valor mínimo anual apostilado em 28/9/10	355.112,59	
2. Pagamento de valor mínimo anual em 28/9/10		355.112,59
3. Crédito de valor mínimo anual em 30/9/10 (= item 2)		355.112,59
4. Valor da madeira transportada nos meses de outubro a dezembro para compensação de crédito de valor mínimo anual	0 <sup>1</sup>	
5. Crédito de valor mínimo anual em 31/10/10 (= item 3)		355.112,59

Nota: <sup>1</sup> Até 31/12/2010, o concessionário não havia realizado transporte de madeira.

### **2.2.1.6 Distribuição dos recursos financeiros da concessão florestal**

A Lei de Gestão de Florestas Públicas, em seu art. 39, estabelece as formas e condições para a distribuição dos recursos financeiros oriundos dos recolhimentos da concessão florestal. Na Floresta Nacional do Jamari, por ser uma unidade de conservação, além do valor mínimo anual – 30% (destinado ao Serviço Florestal Brasileiro) –, distribui-se o excedente da seguinte forma: 20% para o estado de Rondônia, 20% para os municípios de Itapuã do Oeste e Cujubim, 20% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e 40% para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os recursos destinados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) só poderão ser utilizados na gestão das unidades de conservação de uso sustentável. Os estados e municípios deverão apoiar e promover a utilização sustentável dos recursos florestais.

Os recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) serão utilizados no fomento e desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e na promoção da inovação tecnológica do setor.

O lote de concessão da Flona do Jamari encontra-se 100% na área de jurisdição do estado de Rondônia. Portanto, este é o único beneficiário da distribuição destinada aos estados. Quanto aos recursos a serem repassados aos municípios, eles serão divididos conforme indicado na tabela 15.

**Tabela 15 – Distribuição proporcional dos recursos da concessão florestal da Flona do Jamari aos municípios abrangidos pelos contratos.**

UMF	Área total (em ha)	Itapuã d'Oeste		Cujubim	
		Área da UMF (em ha)	% da UMF <sup>1</sup>	Área da UMF (em ha)	% da UMF <sup>1</sup>
I – Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	17.178,712	17.178,712	100	0	0
II – Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	32.998,118	32.998,118	100	0	0
III – Amata S/A	46.184,253	41.436,512	89,72	4.747,741	10,28
<b>Total</b>	<b>96.361</b>	<b>91.613,342</b>	<b>-</b>	<b>4.747,741</b>	<b>-</b>

Nota: <sup>1</sup> Percentual da área da UMF que incide sobre cada município.

Conforme o art. 39, § 3º, da Lei de Gestão das Florestas Públicas, o repasse dos recursos financeiros aos estados e municípios está condicionado à instituição de Conselho de Meio Ambiente pelo respectivo ente federativo, com participação social, e à aprovação, por este conselho, do cumprimento das metas relativas à aplicação desses recursos referentes ao ano anterior, e da programação da aplicação dos recursos do ano em curso (ver box 3).

### **Box 3 – Mecanismo de distribuição do repasse dos recursos das concessões florestais para estados e municípios.**

- O cálculo para a distribuição dos recursos para estados e municípios segue as seguintes regras:
- a distribuição ocorre por contrato/UMF em função do percentual de área de cada município/estado dentro da UMF;
- os recursos são divididos em função dos recolhimentos por produção e os repasses ocorrem trimestralmente;
- os repasses iniciam-se a partir do recolhimento de qualquer quantia que exceda o valor mínimo anual;
- o Serviço Florestal Brasileiro disponibiliza, em seu sítio na internet, uma atualização mensal do recolhimento por contrato, a composição do pagamento do valor mínimo anual e os recursos que cada ente tem direito;
- os repasses são realizados diretamente pelo Serviço Florestal Brasileiro, por meio da desconcentração de recursos da Secretaria do Tesouro Nacional.



### 2.2.1.7 Execução das Propostas técnicas

O edital de licitação determinou nove indicadores para avaliação da proposta técnica das empresas participantes do certame licitatório da Flona do Jamari. Os indicadores selecionados pertencem a quatro critérios: menor impacto ambiental; maior benefício social; maior eficiência; e maior agregação de valor na região da concessão florestal.

O conjunto de indicadores selecionados, bem como a proposta técnica vencedora para cada UMF, estão demonstrados no quadro 7.

**Quadro 7 – Indicadores e proposta técnica dos concessionários da Flona do Jamari.**

<b>Crítérios</b>	<b>Indicadores técnicos</b>	<b>UMF I – Madeflona Ltda.</b>	<b>UMF II – Sakura Ltda.</b>	<b>UMF III – Amata S/A</b>
Menor Impacto Ambiental	A1 – Monitoramento da dinâmica de crescimento e da recuperação da floresta.	32 ha	70 ha	75 ha
	A2 – Redução de danos à floresta remanescente durante a exploração florestal.	5,30%	5,20%	8,00%
Maior Benefício Social	A3 – Investimento em infraestrutura e serviços para a comunidade local.	R\$ 1,97	R\$ 2,19	R\$ 0,76
	A4 – Geração de empregos locais.	91%	90%	80%
	A5 – Geração de empregos da concessão florestal.	62 empregos	145 empregos	165 empregos
Maior Eficiência	A6 – Diversidade de produtos explorados.	Madeira e lenha	Madeira, lenha e produto não-madeireiro	Madeira, lenha e produto não-madeireiro
	A7 – Diversidade de espécies exploradas.	27 espécies	27 espécies	22 espécies
	A8 – Diversidade de serviços explorados.	não	não	Hospedagem e observação da natureza
Maior Agregação de Valor na Região da Concessão Florestal	A9 – Maior agregação de valor ao produto ou serviço na região da concessão (FAV) <sup>1</sup> .	7,27	7,33	6

Nota: <sup>1</sup> FAV – Fator de agregação de valor, indica o quanto o concessionário agrega valor local (municípios onde a Flona está localizada) à matéria-prima.

O edital de licitação, em seu anexo 12, parametrizou os indicadores e estabeleceu diferentes prazos para o início da verificação do alcance de cada um deles por parte dos concessionários. A verificação, em sua maioria, iniciará no ano de 2011.

No ano de 2010, foram realizadas algumas ações preparatórias para o cumprimento dos indicadores, como a implantação de parcelas permanentes para acompanhamento da evolução da dinâmica da floresta. Foram instaladas 28 parcelas permanentes pelos 3 concessionários, conforme apresentado na tabela 16.

**Tabela 16 – Implantação de parcelas permanentes na Flona do Jamari.**

Parâmetros	UMF I	UMF I	UMF I	Total
Parcelas	10	12	6	<b>28</b>
Área das parcelas (em ha)	2,5	3	3	<b>8,5</b>

O indicador A3 é representado pelo valor que cada concessionário investirá na comunidade local. O valor do investimento social é traduzido em reais de área concedida por ano e anualmente é reajustado pelo índice IPCA/IBGE. A tabela 17 mostra o valor do investimento social para cada UMF.

**Tabela 17 – Valor anual do investimento social (em R\$/ha/ano).**

Madeflona – UMF I			Sakura – UMF II			Amata – UMF III		
R\$	Área (em ha)	Valor (em R\$)	R\$	Área (em ha)	Valor (em R\$)	R\$	Área (em ha)	Valor (em R\$)
1,97	17.178	33.840,66	2,19	32.998	72.265,62	0,76	46.184	35.099,84
<b>Total a ser investido anualmente nas comunidades adjacentes</b>							<b>R\$ 141.206,12</b>	

Mais detalhes sobre a parametrização dos indicadores e os mecanismos para sua verificação podem ser obtidos no *site* do Serviço Florestal Brasileiro no anexo 12 do edital de concessão florestal.

### **2.2.1.8 Ações de Monitoramento de campo**

Os técnicos do Serviço Florestal Brasileiro realizaram, em campo, acompanhamento das atividades de exploração, com o objetivo de assegurar o correto andamento dos processos produtivos e uma ágil correção de rumos quando necessária. Foram realizadas duas visitas, nos meses de setembro e dezembro, de verificação do cumprimento das cláusulas contratuais. O anexo 1 apresenta o quadro completo com os resultados da avaliação de campo das cláusulas contratuais e as medidas corretivas apontadas.

De forma geral, constatou-se que os três concessionários operaram dentro da legalidade e utilizaram práticas de exploração florestal com impacto reduzido, com diferentes graus de qualidade. Os principais aspectos identificados por essas visitas foram relacionados à melhoria nas estradas florestais, ajustes no uso de equipamentos de segurança, garantia de acompanhamento de campo por engenheiro florestal, responsável técnico, ajustes aos sistemas de controle de cadeia de custódia, melhorias nas condições de transporte e alojamentos e melhoria na instalação das parcelas permanentes.

#### **2.2.1.8.1 Resumo do cumprimento do monitoramento de aspectos socioambientais e econômicos previstos no Decreto 6.063/2007**

O Decreto 6.063, de 20 de março de 2007, em seu art. 52, enumera uma série de aspectos socioambientais que devem fazer parte do sistema de monitoramento das concessões florestais e devem ser relatados nos relatórios anuais de gestão de florestas públicas. No quadro 8, está apresentado um resumo das ações orientadas para seu cumprimento e os resultados encontrados.

**Quadro 8 – Resumo do monitoramento socioambiental dos contratos de concessão florestal da Flona do Jamari.**

Aspectos do monitoramento	Método/ferramentas	Ações realizadas em 2010	Avaliação
<b>Implementação do PMFS</b>	Análise do PMFS e POAs.	Análise técnica dos POAs.	POAs apresentaram qualidade técnica aceitável. Foi observada a necessidade de melhorias nos métodos de determinação de Áreas de Preservação Permanente (APPs).
	Visitas de campo para acompanhar sua implementação.	Duas visitas de acompanhamento.	Resumo dos resultados das visitas de campo se encontram no anexo 1.
	Vistorias do órgão licenciador.	Vistoria de análise realizada.	Vistoria realizada e resultado enviado ao SFB, que acompanha o cumprimento das ações corretivas por parte dos concessionários.
	Auditorias externas.	Assinatura do acordo entre SFB e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) para o credenciamento de entidades auditoras.	Não há.
<b>Proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção</b>	Implantação de medidas de avaliação e acompanhamento das populações de grupos de fauna.	Treinamento e início do processo de contratação para a implantação das primeiras parcelas de monitoramento de fauna.	Não há.

Continua...

Continuação...

Aspectos do monitoramento	Método/ferramentas	Ações realizadas em 2010	Avaliação
<p><b>Proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção</b></p>	<p>Medidas de vigilância e proteção contra a caça.</p>	<p>Manutenção da guarda patrimonial armada e motorizada.</p>	<p>Os ilícitos foram reduzidos pela atividade de vigilância. Não houve registro de invasão de caçadores.</p>
		<p>Exigência de os concessionários estabelecerem seus serviços de vigilância.</p>	
<p><b>Proteção dos corpos d'água</b></p>	<p>Planejamento adequado da rede viária.</p>	<p>Visitas técnicas de especialistas em estradas florestais do Serviço Florestal Norte Americano, para treinamento em planejamento e construção de estradas.</p>	<p>POAs incorporaram conceitos de proteção dos corpos d'água em seu planejamento viário.</p>
	<p>Uso de técnicas adequadas de construção de estradas, pontes e bueiros.</p>		<p>Foram identificados diversos problemas relacionados à construção de bueiros e pontes, que foram comunicados aos concessionários.</p>
	<p>Marcação criteriosa de Áreas de Preservação Permanente.</p>	<p>Definição de método mais acurado de definição remota de APPs.</p>	<p>Foram identificados problemas relacionados à subestimação de APPs, que foram apontados ao órgão ambiental, para maior rigor no licenciamento do POA do ano 2011.</p>
<p><b>Proteção da floresta contra incêndios, desmatamentos e explorações ilegais e outras ameaças à integridade das florestas públicas</b></p>	<p>Medidas de vigilância e proteção contra invasões e atividades florestais e minerárias ilegais.</p>	<p>Manutenção da guarda patrimonial armada e motorizada.</p>	<p>Foi verificada uma redução na atividade de exploração ilegal de madeira. Porém, no final de 2010, identificou-se um novo ponto de extração ilegal de madeira (fora das UMFs), que está sendo monitorado pelo ICMBio.</p>
		<p>Exigência de os concessionários estabelecerem seus serviços de vigilância.</p>	<p>Foi detectada uma nova frente de garimpo ilegal na UMF III. O concessionário registrou e encaminhou ao SFB relato, que foi encaminhado aos órgãos responsáveis para providências.</p>

Continua...

Continuação...

Aspectos do monitoramento	Método/ferramentas	Ações realizadas em 2010	Avaliação
<b>Dinâmica de desenvolvimento da floresta</b>	Implantação de parcelas permanentes de inventário florestal contínuo.	Implantação, por parte de todos os concessionários, de parcelas permanentes, totalizando 8,5 hectares, divididos em 28 parcelas.	Foi enviada uma especialista em parcelas permanentes para avaliar o cumprimento dos parâmetros técnicos por parte dos concessionários. Suas recomendações foram enviadas aos concessionários para a realização de ações corretivas.
<b>Condições de trabalho</b>	Análise de campo e verificação documental.	As condições de segurança, alimentação e alojamento foram avaliadas nas visitas de campo.	Os concessionários apresentaram condições de alimentação, alojamento, transporte e segurança compatíveis com as normas legais vigentes.
<b>Existência de conflitos socioambientais</b>	Sistema de vigilância.	Foi verificada uma situação de uso conflitante de garimpeiros dentro da Flona.	O concessionário notificou o SFB, o ICMBio e o Ibama e solicitou uma ação de desintrusão da área.
	Criação de canal de diálogo e participação da comunidade local.	Não há.	Não há.
<b>Qualidade da indústria de beneficiamento primário</b>	Introdução de indicador classificatório relativo à agregação de valor.	Definição do método de verificação do indicador para sua verificação a partir do 36º mês após a assinatura do contrato.	Não há.
	Inclusão da indústria no controle da cadeia de custódia.	Definição de metodologia para definição de rendimento industrial e controle de cadeia de custódia.	Foi realizada uma primeira avaliação no concessionário da UMF I, que apresentou método de controle que atende aos requerimentos contratuais.
<b>Cumprimento do contrato</b>	Definição dos procedimentos para avaliação de todas as cláusulas contratuais.	Avaliação do cumprimento das cláusulas contratuais.	Não foram identificados descumprimentos de cláusulas contratuais em 2010.

## 2.2.2 Gestão e monitoramento dos contratos de concessão florestal da Flona de Saracá-Taquera

### 2.2.2.1 Conclusão do processo licitatório e resumo dos contratos de concessão florestal da Flona de Saracá-Taquera

O segundo processo de concessão florestal está em andamento na Flona Saracá-Taquera, no extremo Oeste do estado do Pará, com a conclusão em 2010 de seu processo licitatório e a assinatura de dois contratos, totalizando 48.857 hectares na Flona, divididos em duas UMFs (ver tabela 18).

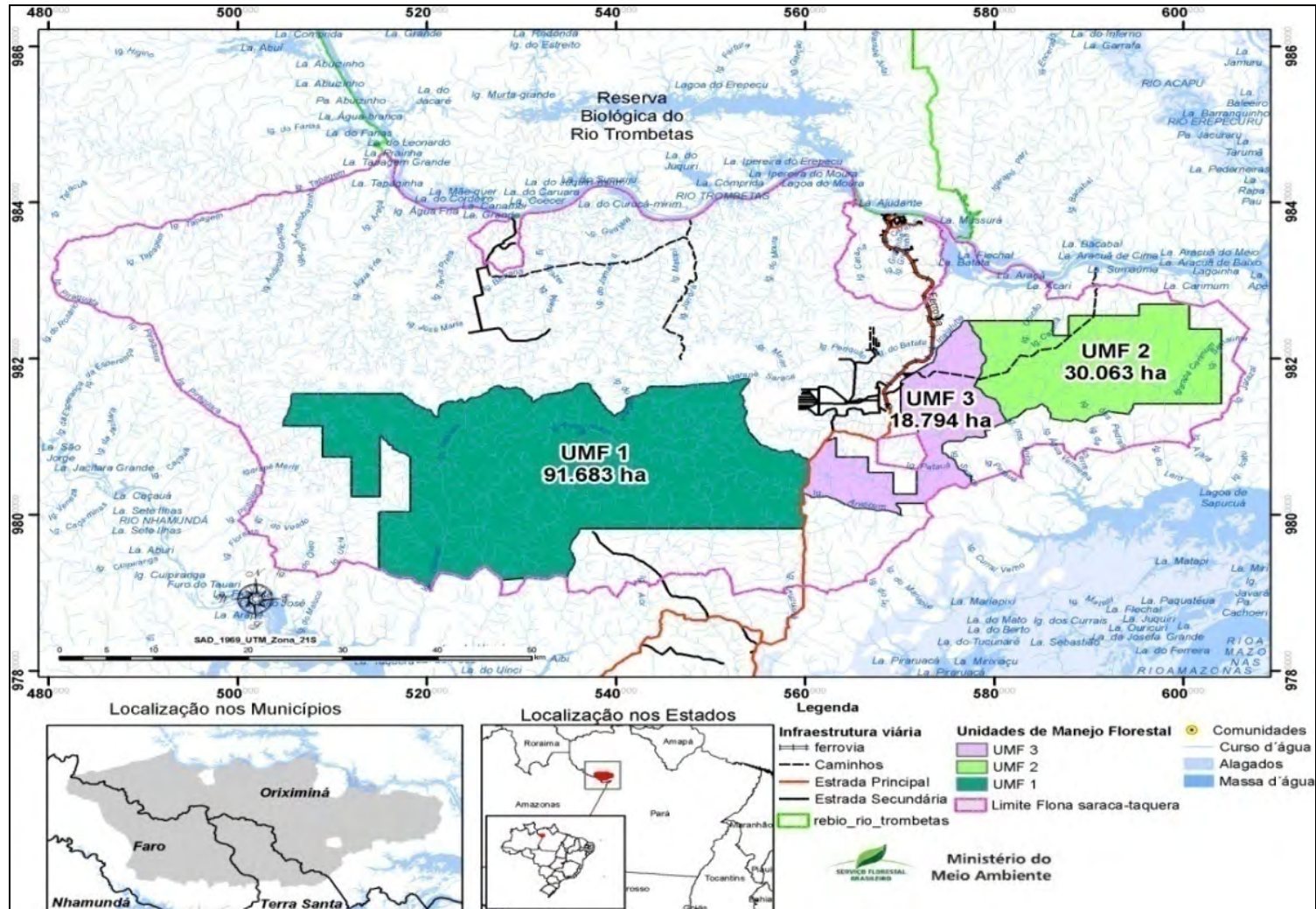
**Tabela 18 – Empresas vencedoras do certame licitatório da Flona de Saracá-Taquera, UMFs e áreas dos municípios abrangidos.**

UMFs	Empresa Vencedora	Oriximiná	Total
UMF II	Ebata Produtos Florestais Ltda.	18.935,26 ha	18.935,26 ha
UMF III	Golf Ind. e Com. de Madeiras Ltda. – EPP	29.769,86 ha	29.769,86 ha
<b>Total</b>		<b>48.705,12 ha</b>	<b>48.705,12 ha</b>

Foram licitadas 3 UMFs, mas somente duas obtiveram contratos assinados. O mapa 5 apresenta a localização das três UMFs licitadas.

O processo licitatório que teve início no ano de 2009 possui toda sua documentação disponível para consulta pública na internet, no *site* do Serviço Florestal Brasileiro ([www.florestal.gov.br/concessões](http://www.florestal.gov.br/concessões)).

Mapa 5 – Localização das UMFs do Edital de Concessão Florestal 01/2009.





### 2.2.2.2 Resumo dos contratos de concessão florestal da Flona de Saracá-Taquera

O quadro 9 apresenta o resumo dos principais aspectos que compõem os contratos de concessão florestal da Flona Saracá-Taquera.

**Quadro 9 – Resumo dos contratos da Flona Saracá-Taquera.**

<b>Informações</b>	<b>UMF II</b>	<b>UMF III</b>
Concessionário	Ebata Produtos Florestais Ltda.	Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.
Área concedida (em ha)	30.063	18.794
Classe de tamanho da UMF	Média	Pequena
Data de assinatura do contrato	14/2/2011	14/2/2011
Data de homologação do PMFS	11/2/2011	11/2/2011
Valor mínimo do edital (em R\$)	1.454.190,00	888.474,00
Valor da proposta vencedora (em R\$)	1.798.685,00	1.092.908,00

### 2.2.2.3 Produtos a serem explorados

Os concessionários de Saracá-Taquera optaram por não explorar a atividade de serviços. Porém, ambos incluíram a exploração dos três tipos de produtos de produtos florestais (ver quadro 10).

**Quadro 10 – Produtos explorados pelos concessionários de Saracá-Taquera.**

<b>Empresa</b>	<b>Produtos florestais</b>		
	<b>Madeira</b>	<b>Lenha</b>	<b>Não madeireiro</b>
Ebata Produtos Florestais Ltda.	X	X	X
Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	X	X	X

### 2.2.2.4 Execução dos Planos de Manejo

Os planos de manejo dos concessionários encontravam-se em fase de elaboração e não haviam sido protocolados no órgão licenciador até o dia 31/12/2010.

### 2.2.2.5 Regime econômico-financeiro dos contratos de concessão florestal da Flona de Saracá-Taquera

#### a) Custos do edital

No processo de concessão florestal da Flona Saracá-Taquera, os custos para elaboração do edital totalizaram R\$ 1.025.369,89.

A empresa Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (UMF III), por ser uma Empresa de Pequeno Porte (EPP), é amparada pelo art. 24, § 2º, da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que prevê a dispensa do pagamento dos custos do edital para empresas de pequeno porte, microempresas, bem como associações de comunidades locais.

Os custos do edital para a UMF II, concedida à empresa Ebata Produtos Florestais Ltda., somam R\$ 219.337,52, que estão sendo pagos em quatro parcelas trimestrais. Até o momento, a empresa efetuou o pagamento da única parcela que incidia sobre o ano de 2010 e está adimplente com essa obrigação, conforme demonstrado na tabela 19.

Tabela 19 – Pagamento pelos custos do edital.

UMF	Custo do edital para a UMF (em R\$)	Valor das parcelas (em R\$)	Data do vencimento	Data do pagamento	Total (em R\$)
		54.834,38	12/11/2010	26/11/2010	56.399,36 <sup>1</sup>
II	219.337,52	54.834,38	12/2/2011	12/2/2011	
		54.834,38	12/5/2011		-
		54.834,38	12/8/2011		-
<b>Total</b>					<b>56.399,36</b>

Nota: <sup>1</sup> Valor reajustado com multas, juros e correção monetária.

#### b) Garantias contratuais

Antes da assinatura dos contratos de concessão florestal, os vencedores do certame da Flona Saracá-Taquera prestaram uma garantia contratual. O valor dessa garantia equivale a um ano de produção anual da unidade de manejo florestal. O valor da garantia, as modalidades escolhidas e a situação de adimplemento dos concessionários da Flona Saracá-Taquera são apresentados no quadro 11.

Quadro 11 – Modalidade e valor das garantias contratuais.

Empresa	Modalidade de Garantia	Valor (em R\$)	Data do pagamento	Situação
Ebata Produtos Florestais Ltda.	Seguro-garantia	1.798.685,00	11/8/2010	Adimplente
Golf Ind. e Comércio de Madeiras Ltda.	Caução	819.681,00	11/8/2010	Adimplente

### c) Preços florestais

As espécies florestais da Flona Saracá-Taquera estão divididas em quatro grupos de valor. Na tabela 20, apresentam-se as propostas financeiras vencedoras e o ágio ofertado sobre o preço mínimo do edital.

Tabela 20 – Preço da madeira.

Grupos de Valor	Preço edital (em R\$)	UMF II (em R\$/m <sup>3</sup> )	UMF III (em R\$/m <sup>3</sup> )
1	120,00	140,00	139,00
2	90,00	105,00	105,00
3	50,00	70,00	70,00
4	25,00	35,00	34,00
<b>Ágio</b>	-	23,69%	23,01%

### d) Valores mínimos anuais

Os valores mínimos anuais foram estabelecidos de forma equivalente a: 3% do preço anual estabelecido a partir do valor total da proposta, ao final do 1º ano de contrato; 15% ao final do segundo ano de contrato; e 30%, anualmente, a partir do terceiro ano de contrato (ver tabela 21).

Tabela 21 – Valores dos editais.

Empresa	Valor total da proposta de preço (em R\$)	Pagamento de valor mínimo anual		
		3% <sup>1</sup>	15% <sup>2</sup>	30% <sup>3</sup>
Ebata Produtos Florestais Ltda.	1.798.685,00	53.960,55	269.802,75	539.605,50
Golf Ind. e Comércio de Madeiras Ltda.	1.092.908,00	32.787,24	163.936,20	327.872,40

Notas: <sup>1</sup> O concessionário pagará, ao final do 1º ano de contrato, o valor equivalente a 3% do preço anual estabelecido a partir do Valor Total da Proposta de Preço.

<sup>2</sup> Este valor será 15% ao final do 2º ano de contrato.

<sup>3</sup> 30%, anualmente, a partir do 3º ano de contrato.

#### 2.2.2.6 Propostas técnicas

O quadro 12 apresenta as propostas técnicas vencedoras do processo licitatório da Flona de Saracá-Taquera.

**Quadro 12 – Indicadores e proposta técnica dos concessionários da Flona Saracá-Taquera.**

Critérios	Indicadores técnicos	Parâmetros mínimos	Propostas vencedoras	
			UMF II	UMF III
Menor Impacto Ambiental	A1 – Monitoramento da dinâmica de crescimento e da recuperação da floresta.	50 ha	78 ha	83 ha
	A2 – Redução de danos à floresta remanescente durante a exploração florestal.	5%	5,50%	5,30%
Maior Benefício Social	A3 – Investimento em infraestrutura e serviços para a comunidade local.	-	R\$ 9,60	R\$ 9,80
	A4 – Geração de empregos locais.	-	76%	77%
	A5 – Geração de empregos da concessão florestal.	-	42 empregos	41 empregos
Maior Eficiência	A6 – Diversidade de produtos explorados.	-	Madeira, lenha e produto não-madeireiro	Madeira, lenha e produto não-madeireiro
	A7 – Diversidade de espécies exploradas.	-	36 espécies	38 espécies
	A8 – Diversidade de serviços explorados.	-	não	não
Agregação de Valor na Região da Concessão Florestal	A9 – Maior agregação de valor ao produto ou serviço na região da concessão (FAV).	3%	3,75	3,85

Os indicadores, em sua maioria, serão verificados a partir do 24<sup>o</sup> mês da assinatura do contrato. Mais detalhes sobre sua parametrização e mecanismos de verificação podem ser encontrados no *site* do Serviço Florestal Brasileiro no anexo 7 do edital de concessão florestal.

### 2.2.3 Resumo dos pré-editais e editais de licitação para concessão florestal

Em 2010, foram elaborados 5 pré-editais de concessões florestais, totalizando 1.027.195,62 hectares, divididos em 26 unidades de manejo florestal (ver tabela 22). Todos esses pré-editais passaram por processos de consultas públicas, que envolveram diversos momentos de interlocução com diferentes segmentos da sociedade.

**Tabela 22 – Estágio de andamento dos pré-editais de concessão florestal lançados durante o ano de 2010.**

Pré-edital	UF	Área total (em ha)	Área sob edital (em ha)	UMFs	Consultas públicas	Processo licitatório
Amana	PA	540.417	210.161	5	Sim	Em andamento
Crepori	PA	210.161	231.358	5	Sim	--
Saracá-Taquera (Lote Sul)	PA	429.600	93.203	2	Sim	--
Jacundá	RO	220.645	112.158	4	Sim	--
Altamira	PA	689.012	380.316	10	Sim	--
<b>Total</b>		<b>2.089.834</b>	<b>1.027.196</b>	<b>26</b>		

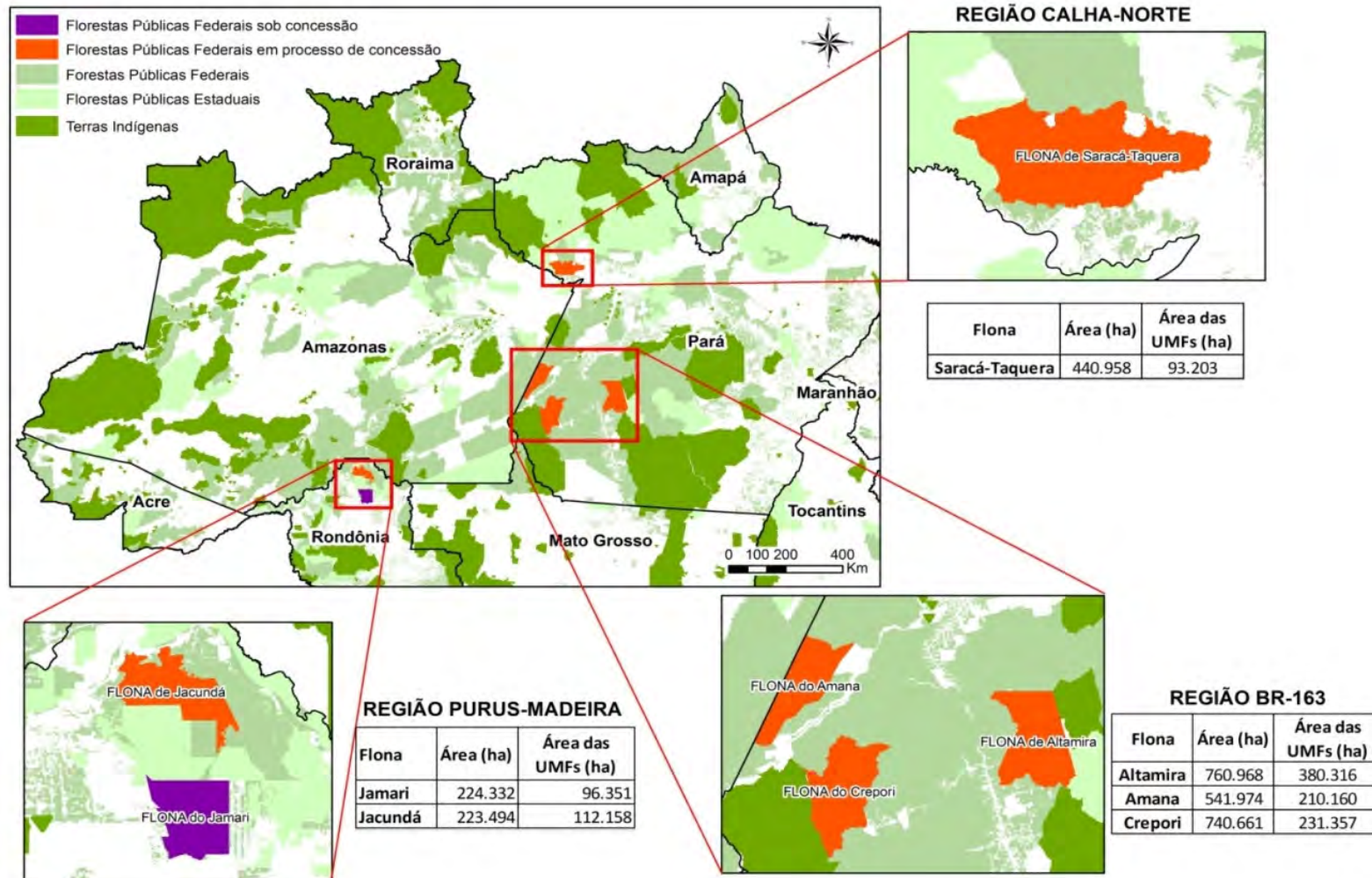
As Flonas dos pré-editais de concessão florestal estão localizadas, em regra, em regiões de baixo desenvolvimento humano (ver tabela 23), de economias estagnadas e de elevado percentual de cobertura vegetal.

O mapa 6 destaca, em laranja, a localização das cinco Florestas Nacionais que passaram pelo processo de consulta pública de seus pré-editais de concessão florestal.

**Tabela 23 – Indicadores sociais dos municípios sedes dos pré-editais de concessão florestal lançados em 2010.**

Municípios	% de cobertura florestal	Analfabetismo INEP 2000 (aproximado)	PIB per capita 2007			IDH 2000		
			Município	Brasil	Posição Nacional	Município	Brasil	Posição Nacional
Cujubim	92,31%	17,90%	7.270,00		2.707 <sup>º</sup>	0,695		3.070 <sup>º</sup>
Porto Velho	88,26%	8,20%	11.696,00		1.257 <sup>º</sup>	0,763		1.515 <sup>º</sup>
Candeias do Jamari	81,46%	16,85%	10.417,00		1.596 <sup>º</sup>	0,671		3.435 <sup>º</sup>
Faro	96,84%	16,20%	1.828,00		5.551 <sup>º</sup>	0,623		4.254 <sup>º</sup>
Oriximiná	96,90%	14,90%	11.676,00	14.465,0	1.260 <sup>º</sup>	0,717	0,649	2.677 <sup>º</sup>
Terra Santa	66,97%	13,25%	2.757,00		5.052 <sup>º</sup>	0,688		3.195 <sup>º</sup>
Itaituba	92,40%	20,80%	4.686,00		3.623 <sup>º</sup>	0,704		2.926 <sup>º</sup>
Jacareacanga	97,79%	36,50%	1.566,00		5.562 <sup>º</sup>	0,652		3.740 <sup>º</sup>
Trairão	90,52%	24,50%	3.340,00		4.484 <sup>º</sup>	0,651		3.766 <sup>º</sup>
Altamira	98,70%	18,35%	5.518,00		3.323 <sup>º</sup>	0,737		2.234 <sup>º</sup>

**Mapa 6 – Localização das Florestas Nacionais com pré-editais de concessão florestal elaborados em 2010.**



### ❖ Unidades de Manejo Florestal (UMFs)

Foram lançadas 26 UMFs, divididas entre os 5 pré-editais lançados em 2010, com uma grande diversidade de tamanhos, proporcionando condições para o estabelecimento de diferentes empreendimentos industriais associados. Na tabela 24, apresenta-se uma síntese da distribuição das UMFs lançadas em 2010 por tamanho, com base nos novos parâmetros introduzidos pelo Paof 2011.

**Tabela 24 – Distribuição das UMFs lançadas em edital e pré-editais em 2010, de acordo com sua classe de tamanho.**

Edital e pré-editais	UMFs pequenas		UMFs médias		UMFs grandes		Total	
	Número	Área (em ha)	Número	Área (em ha)	Número	Área (em ha)	Número	Área (em ha)
Amana	2	48.236	2	72.877	1	89.049	5	210.162
Crepori	2	49.747	2	90.007	1	92.603	5	232.357
Saracá-Taquera – Lote Sul	1	19.937	-	-	1	73.265	2	93.202
Altamira	2	48.600	7	256.921	1	74.795	10	380.316
Jacundá	2	43.048	2	69.110	-	-	4	112.158
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>209.568</b>	<b>13</b>	<b>488.915</b>	<b>4</b>	<b>329.712</b>	<b>26</b>	<b>1.028.195</b>

O município de Jacareacanga é o que apresenta a maior área abrangida pelos pré-editais, seguido de Altamira e Itaituba (ver tabela 25).

**Tabela 25 – Distribuição das áreas dos pré-editais lançados em 2010 por município.**

Edital e pré-editais	Área por Município (em ha)							
	Jacareacanga	Itaituba	Altamira	Faro	Terra Santa	Oriximiná	Porto Velho	Candeias do Jamari
Amana	107.584	102.577	-	-	-	-	-	-
Crepori	231.352	-	-	-	-	-	-	-
Altamira	-	112.136	268.180	-	-	-	-	-
Saracá-Taquera - Lote Sul	-	-	-	54.069	31.086	8.048	-	-
Jacundá	-	-	-	-	-	-	55.989	56.110
<b>Total</b>	<b>338.937</b>	<b>214.713</b>	<b>268.180</b>	<b>54.069</b>	<b>31.086</b>	<b>8.048</b>	<b>55.989</b>	<b>56.110</b>



### ❖ Preços florestais

Os preços dos produtos madeireiros são definidos com base em pesquisas de mercado realizadas nos municípios adjacentes às áreas a serem concedidas, analisadas em conjunto com avaliações de viabilidade econômica. Os pré-editais lançados em 2010 adotaram a divisão por grupo de espécies com diferentes valores. Todavia, novos estudos e parcerias com instituições de pesquisa apontam a viabilidade da utilização de novas metodologias de precificação, que poderão ser incorporadas às versões finais dos editais a serem lançados em 2011. A tabela 26 apresenta os preços por grupos de espécies dos pré-editais lançados em 2010.

**Tabela 26 – Preços por grupos de valor do edital e pré-editais lançados em 2010.**

Grupos de valor	R\$/m <sup>3</sup>				
	Amana	Crepori	Saracá-Taquera – Lote Sul	Altamira	Jacundá
Grupo I	113,00	113,00	120,00	158,00	134,00
Grupo II	68,00	68,00	90,00	81,00	98,00
Grupo III	32,00	32,00	50,00	42,00	57,00
Grupo IV	16,00	16,00	25,00	21,00	21,00

Em 2010, os pré-editais introduziram mecanismos de incentivo às micro e pequenas empresas e associações de produtores, prevendo os seguintes descontos e isenções:

- ❖ abono no pagamento do valor da garantia;
- ❖ isenção do pagamento dos custos do edital;
- ❖ abono no pagamento de auditoria independente.

O edital da Flona do Amana e o pré-edital da Flona do Crepori, para compensar a condição logística pouco favorável e os investimentos nos primeiros anos, necessários para o estabelecimento de empreendimentos nos municípios e distritos adjacentes, preveem uma desoneração decrescente nos preços florestais nos 8 primeiros anos de execução dos contratos (ver tabela 27).

**Tabela 27 – Percentuais de descontos decrescentes a serem aplicados sobre a proposta de preço, por ano de assinatura do contrato de concessão florestal.**

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9 em diante
35%	35%	30%	25%	20%	15%	10%	5%	0%

## 2.3 Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Técnicas

Em respeito, entre outros, aos princípios da publicidade e da transparência, o Serviço Florestal Brasileiro submete todas as minutas de editais de licitação para concessão florestal a três instâncias de participação popular: audiências públicas, consultas públicas e reuniões técnicas.

I) **Audiência pública:** é um instrumento de participação direta, por meio do qual o cidadão, sem o auxílio de representante, pode fazer um pedido ou apresentar uma pretensão à Administração Pública.

II) **Consulta pública:** é realizada nos moldes das audiências públicas, em municípios onde não há área a ser licitada, mas que serão afetados sob os mais diversos aspectos (social, ambiental, econômico, etc.), em razão da proximidade geográfica ou da afinidade político-econômico-social com as regiões que englobam o lote a ser submetido ao processo licitatório.

III) **Reunião técnica:** é o encontro que objetiva informar certos segmentos da Administração Pública, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da sociedade civil organizada, sobre o conteúdo da minuta de edital e suas possíveis implicações técnicas, econômicas, jurídicas, políticas e sociais. A participação em reunião técnica acontece por convite do Serviço Florestal Brasileiro.

Este ciclo de participação democrática destina-se a recolher críticas e sugestões dos mais diversos atores interessados na concessão florestal, entre os quais a população local, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público Federal, os movimentos sociais, a sociedade civil organizada e o setor produtivo madeireiro.

A fundamentação jurídica para realização do ciclo de participação popular na construção dos editais de licitação para concessão florestal baseia-se nos artigos 8º e 20 da Lei 11.284/2006, no artigo 30 do Decreto 6.063/2007, nos artigos 31 a 34 da Lei 9.784/1999 e nos artigos 1º a 5º da Resolução Conama 09/87.

Em 2010, o Serviço Florestal Brasileiro submeteu ao processo de participação popular 5 minutas de editais de licitação para concessão florestal, relativos às Flonas Amana (PA), Crepori, Saracá-Taquera – lote sul (PA), Jacundá (RO) e Altamira (PA).

Foram realizados 61 eventos destinados a informar e a colher sugestões da sociedade em relação aos pré-editais de licitação para concessão florestal. Esses eventos reuniram 2.293 pessoas, com uma média de 37,59 participantes/evento (tabela 28).

**Tabela 28 – Eventos destinados à opinião pública em relação ao pré-editais de licitação para concessão florestal nas Flonas do Amana, Crepori, Saracá-Taquera – lote sul, Altamira e Jacundá.**

Edital	Evento	Número de eventos	Locais	UF	Nº de participantes
<b>Amana</b>	Reuniões técnicas	17	Itaituba, Jacareacanga e Santarém	PA	329
	Audiências públicas	2	Itaituba e Jacareacanga	PA	364
	Consulta pública	1	Brasília	DF	45
<b>Crepori</b>	Reuniões técnicas	4	Vila Creporizão, Distrito de Moraes Almeida e Itaituba	PA	70
	Consultas públicas	2	Moraes Almeida	PA	183
	Audiência pública	1	Jacareacanga	PA	94
<b>Saracá Lote Sul</b>	Audiências públicas	3	Faro, Terra Santa e Oriximiná	PA	448
	Reuniões técnicas	9	Porto Trombetas, Terra Santa, Faro e Oriximiná	PA	72
<b>Altamira</b>	Reuniões técnicas	10	Altamira, Distrito de Moraes Almeida, Trairão, Novo Progresso e Itaituba	PA	104
	Audiências públicas	3	Altamira	PA	273
<b>Jacundá</b>	Reuniões técnicas	4	Porto Velho, Cujubim e Candeias do Jamari	RO	82
	Audiências públicas	2	Candeias do Jamari	RO	188
	Consulta pública	1	Cujubim	RO	63
<b>Número total de participantes</b>					<b>2.293</b>
<b>Número de eventos</b>					<b>61</b>
<b>Média de participantes por evento</b>					<b>37,59</b>

Todas as sugestões apresentadas no processo de participação popular são respondidas fundamentadamente e inseridas na página eletrônica do Serviço Florestal Brasileiro ([www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br)).

A versão final do edital de licitação para concessão florestal na Flona Amana foi publicada no D.O.U. de 27 de outubro de 2010, na seção 3, página 144.

A versão definitiva das demais minutas de edital aguarda a conclusão de determinados estudos técnicos.

Todos os pré-editais e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta na página eletrônica do Serviço Florestal Brasileiro (<http://www.florestal.gov.br/>).

## 2.4 Finalização dos contratos de transição em 2010

A continuidade, por um período de até 24 meses, da execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) localizados em áreas públicas da União que estavam em operação antes da publicação da Lei 11.284/2006, foi possível por meio da Instrução Normativa MMA nº 02, de 10 de agosto de 2006, que disciplinou as condições para a celebração de contratos de transição entre o Serviço Florestal Brasileiro e os detentores de Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFS) aprovados pelo Ibama, com incidência em terras públicas da União.

O Serviço Florestal Brasileiro teve sob sua gestão direta onze contratos de transição. O monitoramento dos contratos foi feito por meio de visitas de campo durante os meses de exploração madeireira. Em antecipação a essas visitas, foram identificadas imagens de satélite desses PMFS, de maneira a orientar as atividades de campo. Também foi realizado acompanhamento de escritório dos registros de movimentação, isto é, transporte de toras, existentes no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais Estado do Pará (Ceprof-PA) e no Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais do Estado do Pará (Sisflora-PA).

Além disso, os contratos de transição foram fiscalizados pelo Ibama com apoio da Polícia Federal e da Força Nacional, que participaram de investigação de ilícitos ambientais e desintrusão de áreas de florestas públicas invadidas.

Todos os contratos tiveram o processo de encerramento administrativo finalizados no ano de 2010, com o envio de correspondência oficial aos Detentores de Planos de Manejo (DPMs) e a comunicação aos órgãos ambientais do término dos contratos e da devolução da caução aos DPMs.

Com o término da vigência dos contratos, procedeu-se às visitas técnicas finais do Serviço Florestal Brasileiro. Essa avaliação final permitiu verificar a integridade das áreas e o eventual repasse de responsabilidade sobre estas ao Incra, órgão gestor das áreas de florestas públicas não destinadas ou com incidência em projetos de assentamento.

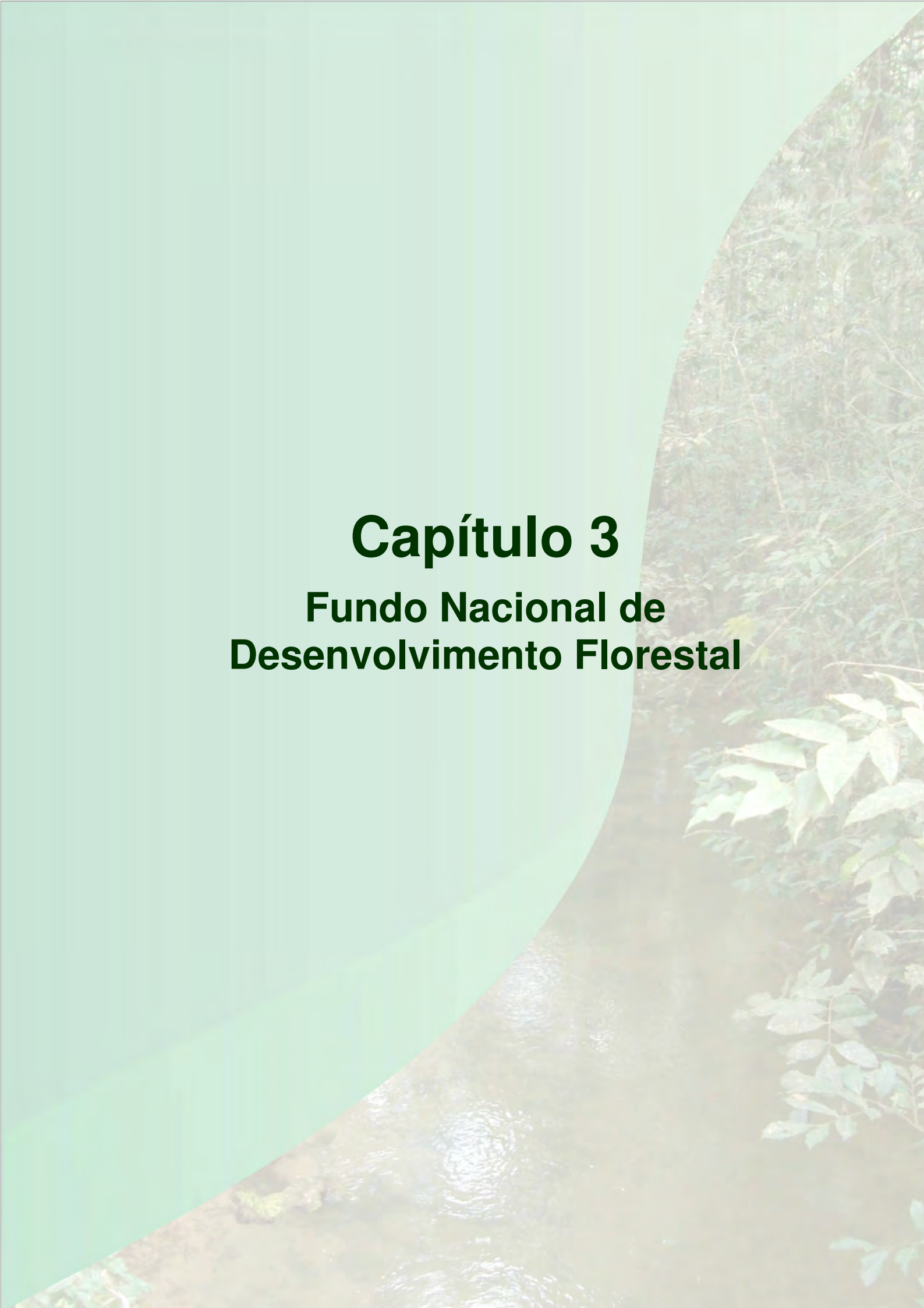
A arrecadação de recursos, durante a vigência dos contratos, pela utilização da floresta pública está apresentada na tabela 29.

**Tabela 29 – Contratos de transição firmados.**

Processo SFB	Situação/Detentor	Município/UF	Área do PMFS sob contrato de transição (em ha)	Volumetria objeto do contrato (em m <sup>3</sup> )	Garantia (em R\$)	Volume transportado (em m <sup>3</sup> )	Valor pago pela volumetria transportada (em R\$)	Situação do contrato
02000.003652/06-25	Adelar de Souza	Rurópolis/PA	473,59	8.237,36	67.128,00	3.539,40	65.129,89	Encerrado <sup>1</sup>
02000.003638/06-21	Cláudio José F. de Almeida	Uruará/PA	504,07	16.357,08	178.952,00	18.555,35	354.656,18	Encerrado <sup>1</sup>
02000.003650/06-36	Hélio Dallagnol	Altamira/PA	445,3	9.576,58	66.436,00	251,44	2.021,60	Encerrado <sup>1</sup>
02000.003644/06-89	Ivan dos Santos Lira	Uruará/PA	483	15.777,53	104.999,00	14.293,18	239.185,00	Encerrado <sup>1</sup>
02000.003653/06-70	José Leocir Finatto V. Neto	Novo Progresso/PA	173,52	4.021,61	26.664,00	3.960,48	46.505,88	Encerrado <sup>1</sup>
02000.003989/06-32	Júlia Rosa de Jesus	Novo Progresso/PA	1.378,86	34.609,00	227.289,69	20.094,57	577.287,72	Encerrado <sup>1</sup>
02000.003864/06-11	L.F. Timbers Ltda	Portel/PA			92.614,01	-	-	Vigente
02000.003651/06-81	Leocir Antônio S. Valério	Novo Progresso/PA	358,68	10.887,43	81.544,00	10.817,42	129.643,01	Encerrado <sup>1</sup>
02000.003861/06-79	Lino Pelegrine	Altamira/PA	400	11.789,27	69.738,08	-	-	Encerrado <sup>1</sup>
02000.003862/06-13	Nilton Lourenço de Resende Jr.	Trairão/PA	450	12.819,95	90.132,00	9.245,77	62.121,84	Encerrado <sup>1</sup>
02000003656/06-11	Precious Woods Belém Ltda	Portel/PA	13.265,00	166.116,20	637.664,38	95.585,53	2.046.187,10	Encerrado <sup>1</sup>
<b>Total</b>						<b>176.343,14</b>	<b>3.522.738,22</b>	

Notas: <sup>1</sup> Publicação do encerramento dos contratos no D.O.U. nº 21, do dia 31 de janeiro de 2011, seção 3, páginas 131 e 132.





# **Capítulo 3**

## **Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal**





### 3.1 Regulamentação

O processo de regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) foi consolidado com a publicação do Decreto 7.167, de 5 de maio de 2010, que indicou a constituição dos recursos do Fundo, criou e determinou a composição e a forma de funcionamento de seu Conselho Consultivo e disciplinou a elaboração de seu Plano Anual de Aplicação Regionalizada. O Decreto 7.309, de 22 de setembro de 2010, alterou a composição do Conselho Consultivo do FNDF, ao incluir mais uma representação da sociedade civil.

### 3.2 Criação e operação do Conselho Consultivo do FNDF

O Conselho Consultivo do FNDF foi estabelecido pela Portaria SFB 45, de 7 de junho de 2010, com a seguinte composição:

- Serviço Florestal Brasileiro (SFB);
- Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema);
- Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anama);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Madeira e Construção (Conticom);
- Confederação Nacional da Indústria (CNI); e
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) (incluída pelo Decreto 7.309/2010).

Em 2010, o Conselho Consultivo do FNDF realizou duas reuniões ordinárias, nas quais houve a instalação do Conselho, a aprovação de seu Regimento Interno (Resolução SFB nº 4, de 20/8/2010) e do Plano Anual de Aplicação Regionalizada (Paar) para o ano de 2010 (Resolução SFB 3, de 5/8/2010) e a apreciação do Plano Anual de Aplicação Regionalizada para 2011.

### **3.3 Plano Anual de Aplicação Regionalizada – Paar 2010**

O Plano Anual de Aplicação Regionalizada de 2010 estimou uma disponibilidade de R\$ 4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta mil reais) para apoio a projetos. Não houve dotação específica no Orçamento Geral da União para o Paar 2010. Em razão disso, os recursos foram disponibilizados pelas seguintes fontes: a) cooperação com o Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável (Fundo Nacional do Meio Ambiente); b) cooperação com o Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente; c) recursos próprios do Serviço Florestal Brasileiro; d) emendas parlamentares consignadas no orçamento do Serviço Florestal Brasileiro.

O Paar 2010 previu, como regiões prioritárias para investimento, os biomas Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica. Os temas prioritários eram o uso sustentável dos recursos florestais por agricultores familiares e pelos povos e comunidades tradicionais (na Amazônia Legal e na Caatinga), a restauração florestal da Mata Atlântica (na região Nordeste) e a formação de recursos humanos para o desenvolvimento florestal (na Amazônia e na Caatinga).

#### **3.3.1 Projetos de Aplicação**

Visando a implantar o Paar 2010, o Serviço Florestal Brasileiro promoveu, em articulação com o Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável e o Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, quatro chamadas de projetos, detalhadas no quadro 13.

**Quadro 13 – Chamadas de projetos.**

Chamada	Tema	Objeto	Bioma
1	Fortalecimento da produção de sementes de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região Nordeste.	Ofertar capacitação e assistência técnica para coletores e produtores de sementes, visando ao fortalecimento da produção e da oferta de sementes para a restauração florestal da região.	Mata Atlântica
2	Fortalecimento da produção de mudas de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região Nordeste.	Ofertar capacitação e assistência técnica para produtores de mudas, visando ao fortalecimento da produção e da oferta de mudas para restauração florestal da Mata Atlântica na região Nordeste.	Mata Atlântica
3	Fortalecimento do manejo florestal sustentável da Caatinga em assentamentos no estado do Piauí.	Ofertar capacitação e assistência técnica para assentamentos da reforma agrária do estado do Piauí, visando ao Manejo Florestal Sustentável da Caatinga.	Caatinga
4	Fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar nas reservas extrativistas da região Norte do Brasil.	Ofertar capacitação e assistência técnica para comunidades extrativistas das Reservas Extrativistas federais da região Norte do Brasil, visando ao incremento da produção extrativista de produtos florestais madeireiros e de produtos florestais não madeireiros.	Amazônia

Em resposta a essas chamadas, o FNDF recebeu 69 projetos, dos quais 21 foram selecionados, conforme quadro 14.

Os processos de contratação desses projetos não puderam ser concluídos em 2010 e foram reprogramados para apoio no exercício de 2011.

**Quadro 14 – Projetos selecionados pelo FNDF.**

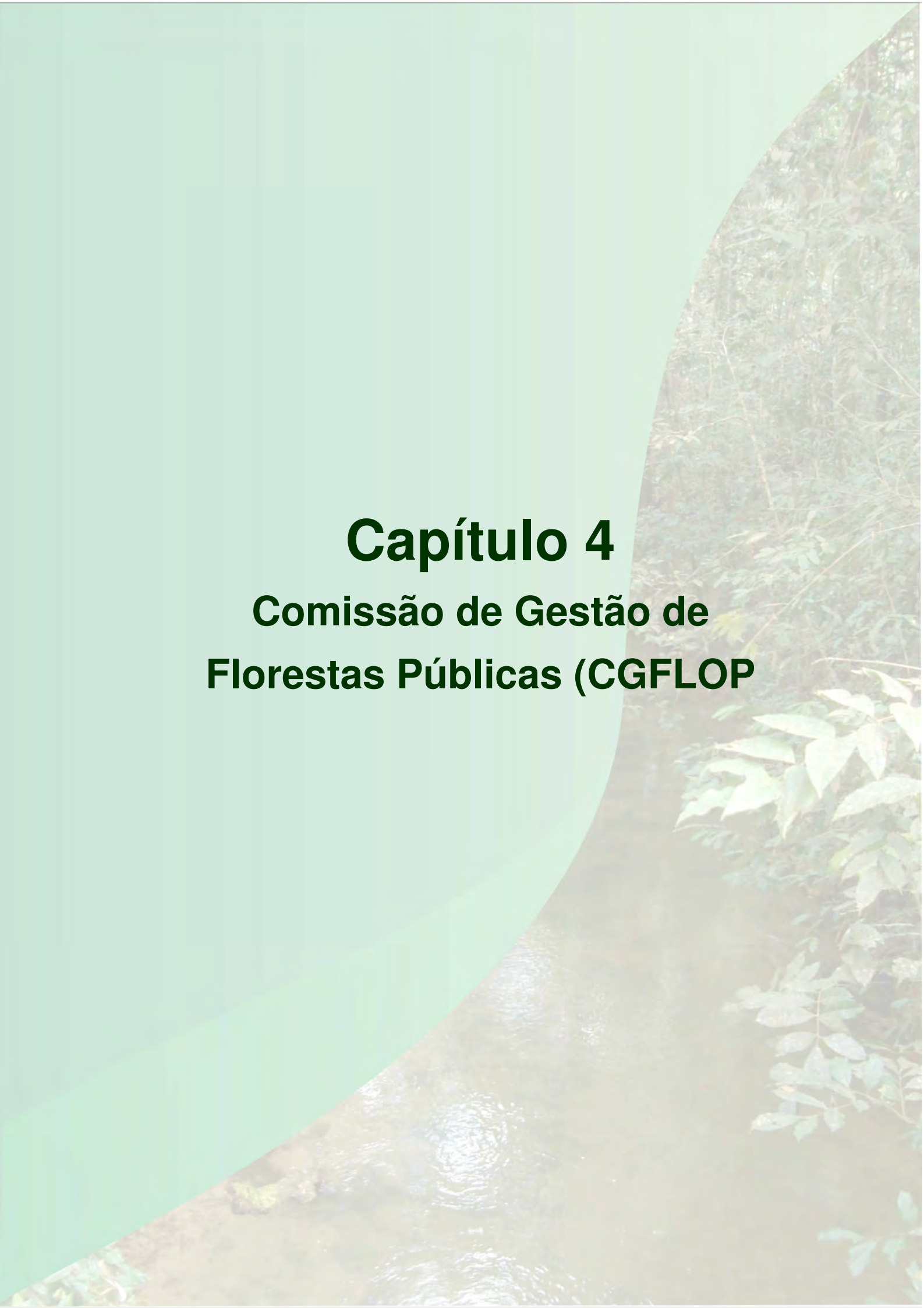
<b>Chamada</b>	<b>Instituição Proponente</b>	<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Instituição Beneficiada</b>	<b>Município</b>	<b>UF</b>
Chamada 1	Instituto Bioatlântica	Rio de Janeiro	RJ	Cooperativa de reflorestadores de Mata Atlântica do extremo sul da Bahia	Porto Seguro	BA
	Instituto Floresta Viva	Ilhéus	BA	Associação de Produtores Orgânicos da APA Itacaré/Serra Grande	Itacaré	BA
	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste	Recife	PE	Viveiro Campos	João Pessoa	PB
	Ibama	Eunápolis	BA	Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila Panorama	Medeiros Neto	BA
	Associação Grupo Bicho do Mato	Ibicoara	BA	Associação Grupo Bicho do Mato	Ibicoara	BA
Chamada 2	Ibama	Eunápolis	BA	Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila Panorama	Medeiros Neto	BA
	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste	Recife	PE	Herbfértil Soluções Ambientais Ltda.–NE	Ribeirão	PE
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	João Pessoa	PB	Viveiro Municipal de Plantas Nativas	João Pessoa	PB
	Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste	Bayeux	PB	Serviço Pastoral dos Migrantes	João Pessoa	PB
	Fundação Pró-Tamar	Fernando de Noronha	PE	Fundação Pró-Tamar	Fernando de Noronha	PE
Chamada 3	Incra	Teresina	PI	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Fazenda Arizona I	Lagoa do Sítio	PI
	Incra	Teresina	PI	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Serra do Marfim (PA Arizona II)	Lagoa do Sítio	PI
	Incra	Teresina	PI	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Canaã	Lagoa do Sítio	PI
	Incra	Teresina	PI	Associação Comunitária de Serra do Batista	Valença do Piauí	PI
	Centro de Educação Ambiental e Assessoria (Cea)	Piracuruca	PI	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Gado Bravo	Brasileira	PI

Continua...

Continuação...

Chamada	Instituição Proponente	Município	UF	Instituição Beneficiada	Município	UF
Chamada 4	Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum	Porto de Moz (Resex Verde para Sempre)	PA	ASCDESRA	Porto de Moz	PA
	Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade do Juçara	Porto de Moz (Resex Verde para Sempre)	PA	ACDSCJ	Porto de Moz	PA
	ICMBio – Núcleo de gestão integrada de Tefé	Tefé (Resex Baixo Juruá)	AM	Associação dos Trabalhadores Rurais de Juruá	Juruá	AM
	ICMBio	Santarém (Resex Tapajós-Arapiuns)	PA	Associação Agroextrativista da Cabeceira do Amorim	Santarém	PA
	ICMBio	Santarém (Resex Tapajós-Arapiuns)	PA	Associação Comunitária de Limãotuba	Santarém	PA
	ICMBio	Santarém (Resex Tapajós-Arapiuns)	PA	Associação dos Moradores da Comunidade de Suruacá	Santarém	PA



The image features a photograph of a forest stream with a large green semi-circular overlay on the left side. The text is centered on the page.

# **Capítulo 4**

## **Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP)**





A Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) foi instituída pela Lei 11.284/2006 e regulamentada pelo Decreto 5.795/2006. A CGFLOP é órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro e tem por finalidade assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas da União e se manifestar sobre o Plano Anual de Outorga Florestal (Paof). A CGFLOP é composta por 24 representantes, divididos entre o Poder Público, os empresários, os trabalhadores, a comunidade científica, os movimentos sociais e as organizações não governamentais.

Em 2010, a CGFLOP reuniu-se quatro vezes, ao todo compareceram 61 membros da CGFLOP e 85 ouvintes, com *quorum* em todas as reuniões, o que resultou em uma média de 15 participantes e 21 ouvintes por reunião (ver tabela 30).

Foram discutidos, entre outros temas, o Paof 2011 e as minutas de edital de cinco Flonas: Amana (PA), Crepori (PA), Saracá-Taquera – lote sul (PA), Altamira (PA) e Jacundá (RO). Além disso, foi apresentada a implementação do FNDF, com suas características, áreas prioritárias e processo de regulamentação. A pauta de todas as reuniões está na tabela 30.

**Tabela 30 – Número de reuniões, datas e suas respectivas pautas (ordinária e extraordinária) da CGFLOP em 2010.**

Nº	Data	Nº ouvintes	Nº participantes	Pauta
1	30/3/2010	21	13	Edital de concessão florestal na Flona Amana. Relatório de Gestão de Florestas Públicas. Estudos de Polos e Índice de Madeiras.
2	22/6/2010	21	14	Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2011. Audiências Públicas – Flona do Amana. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF): apresentação e resultados da 1ª reunião.
3	28/7/2010	24	20	Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Apresentação dos pré-editais das Flonas Crepori, Saracá-Taquera – lote sul, Altamira e Jacundá.
4	7/12/2010	19	14	Apresentação do Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2011. Apresentação do estudo "Levantamento de Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia".
<b>Média</b>		<b>21,25</b>	<b>15,25</b>	
<b>Total</b>		<b>85</b>	<b>61</b>	



The background features a photograph of a stream flowing through a dense forest. The water is clear, reflecting the surrounding greenery. The right side of the image is partially obscured by a semi-transparent green overlay that curves from the top right towards the bottom left. Centered on this green area is the text 'Referências Bibliográficas' in a bold, dark green font.

# **Referências Bibliográficas**



BRASIL. Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007. Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 mar. 2007. Seção 1, p. 1-4.

BRASIL. Decreto nº 5.795, de 05 de junho de 2006. Dispõe sobre a composição e o funcionamento da Comissão de Gestão de Florestas Públicas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jun. 2006. Seção 1, p. 1-2.

BRASIL. Decreto nº 7.309, de 22 de setembro de 2010. Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 set. 2010. Seção 1, p. 10 - 11.

BRASIL. Decreto nº 7.167, de 05 de maio de 2010. Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 maio. 2010. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 fev. 1999. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 29 de janeiro de 1999. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 mar. 2006. Seção 1, p. 1-9.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas de interesse para fins de criação de unidades de conservação e concessão florestal em glebas públicas não destinadas na Amazônia Legal** : relatório técnico. Brasília, nov. 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Nº 287, de 29 de julho de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 Jul. 2010. Seção 1, p. 130.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Geociências (DGC). **Base cartográfica vetorial contínua do Brasil, ao milionésimo – BCIM**. versão 3. 2010. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/base\_continua\_ao\_milionesimo/>. Acesso em: 10 maio 2010.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Cadastro nacional de florestas públicas**. Brasília, DF, 2010a.

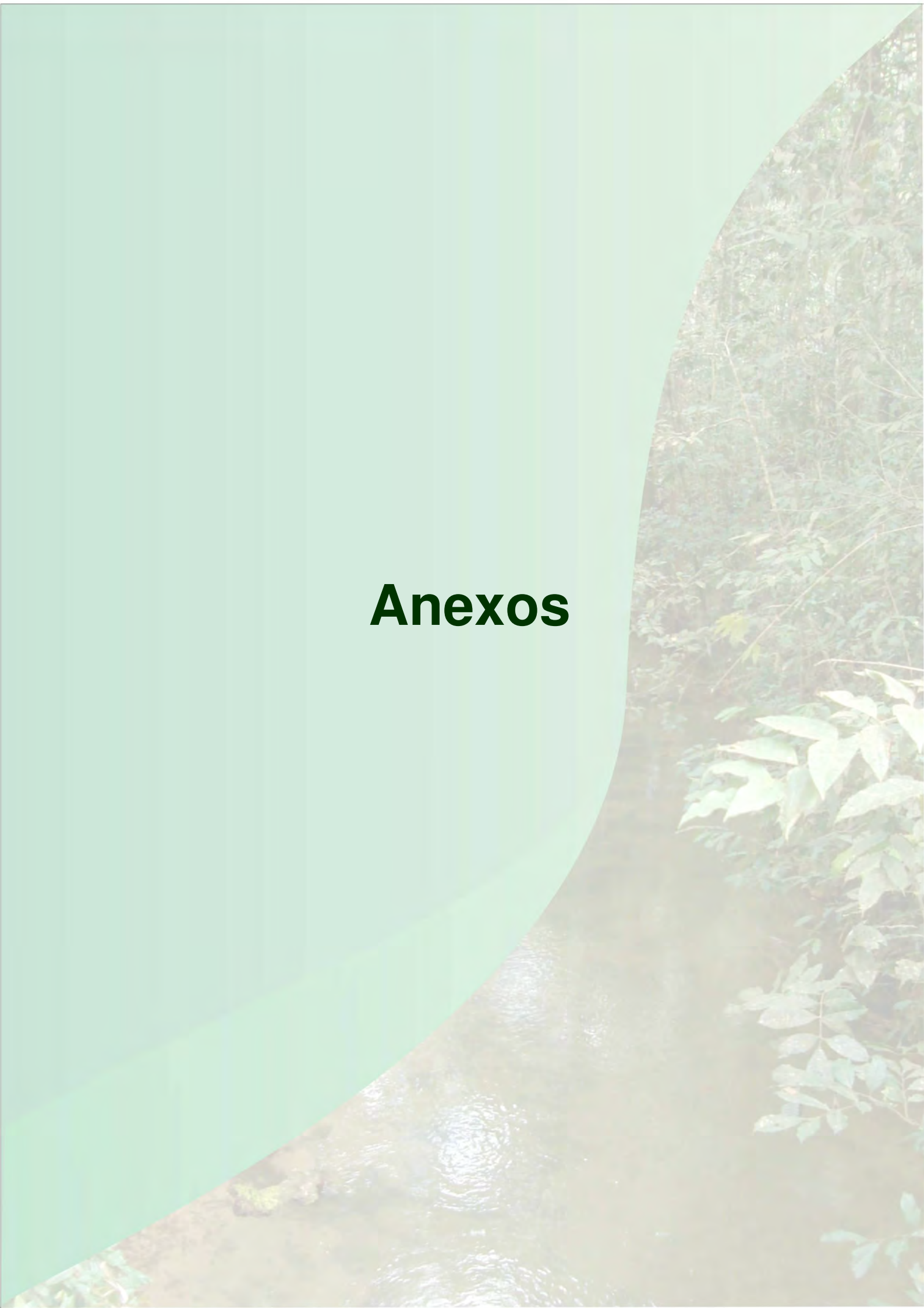
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Editais de licitação para concessão florestal: concorrência 1/2007 Floresta Nacional do Jamari.** Brasília, DF, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=95&idConteudo=6454>>. Acesso em: 3 jan. 2011.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Plano anual de outorga florestal 2011.** Brasília, DF, 2010b.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 3, de 5 agosto de 2010. Publica o Plano Anual de Aplicação Regionalizada – PAAR 2010, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 ago. 2010c. Seção 1, p. 81-82.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 4, de 20 agosto de 2010. Publica o regimento interno do Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 2010d. Seção 1, p. 118.

# Anexos







**Anexo 1 – Quadro comparativo entre as obrigações legais e as ações desenvolvidas pelos concessionários da Flona do Jamari.**

<b>Concessionário</b>	<b>Cláusulas contratuais</b>	<b>Situação em 2010</b>
Madeflona Industrial Madeira Flona do Jamari	Condições de acesso e permanência na UMF (Cláusula 1ª, subcláusula 1,2-b e Cláusula 9ª, Inciso XX)	Atende
	Início das atividades de exploração (Cláusula 12ª)	Atende
	Acompanhamento técnico (Cláusula 9ª, Inciso XIX)	Atende
	Segurança (Cláusula 9ª, Inciso VIII)	Atende parcialmente
	Transporte (Cláusula 9ª, Incisos VIII e XVIII)	Atende
	Execução do PMFS (Cláusula 9ª, Inciso II)	Atende
	Estradas, pátios e pontes	Atende
	Posto de Controle (Cláusula 27ª)	Atende
	Alojamento (Cláusula 9ª, Inciso VIII)	Não se aplica
	Refeitório (Cláusula 9ª, Inciso VIII)	Não se aplica
	Sistema de cadeia de custódia (Cláusula 24ª, subcláusula 24.1)	Atende
	Início das atividades dos conferentes e vigilantes	Atende
<b>Concessionário</b>	<b>Cláusulas contratuais</b>	<b>Situação em 2010</b>
Sakura Indústria e Comércio de Madeira Ltda.	Condições de acesso e permanência na UMF (Cláusula 1ª, subcláusula 1,2-b e Cláusula 9ª, Inciso XX)	Atende
	Início das atividades de exploração (Cláusula 12ª)	Atende
	Acompanhamento técnico (Cláusula 9ª, Inciso XIX)	Atende parcialmente
	Segurança (Cláusula 9ª, Inciso VIII)	Atende parcialmente
	Transporte (Cláusula 9ª, Incisos VIII e XVIII)	Atende
	Execução do PMFS (Cláusula 9ª, Inciso II)	Atende
	Estradas, pátios e pontes	Atende
	Posto de Controle (Cláusula 27ª)	Atende
	Alojamento (Cláusula 9ª, Inciso VIII)	Atende
	Refeitório (Cláusula 9ª, Inciso VIII)	Atende
	Sistema de cadeia de custódia (Cláusula 24ª, subcláusula 24.1)	Atende
	Início das atividades dos conferentes e vigilantes	Atende
<b>Concessionário</b>	<b>Cláusulas contratuais</b>	<b>Situação em 2010</b>
Amata S/A	Condições de acesso e permanência na UMF (Cláusula 1ª, subcláusula 1,2-b e Cláusula 9ª, Inciso XX)	Atende
	Início das atividades de exploração (Cláusula 12ª)	Atende
	Acompanhamento técnico (Cláusula 9ª, Inciso XIX)	Atende
	Segurança (Cláusula 9ª, Inciso VIII)	Atende parcialmente
	Transporte (Cláusula 9ª, Incisos VIII e XVIII)	Atende
	Execução do PMFS (Cláusula 9ª, Inciso II)	Atende
	Estradas, pátios e pontes	Atende
	Posto de Controle (Cláusula 27ª)	Atende
	Alojamento (Cláusula 9ª, Inciso VIII)	Atende
	Refeitório (Cláusula 9ª, Inciso VIII)	Atende
	Sistema de cadeia de custódia (Cláusula 24ª, subcláusula 24.1)	Atende
	Início das atividades dos conferentes e vigilantes	Atende







[www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br)  
SCEN, Trecho 2, Bloco H  
70718-900 - Brasília - DF  
Telefone: (61) 2028-7274 Fax: (61) 2028-7269